



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**CENTRO DE TECNOLOGIA**

**PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO LOGÍSTICA E PESQUISA  
OPERACIONAL**

**EUFRASINA CAMPELO BORGES MENDONÇA BARBOSA**

**ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA  
NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**

Fortaleza  
2016

**EUFRASINA CAMPELO BORGES MENDONÇA BARBOSA**

**ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA  
NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências (M.Sc.) em Logística e Pesquisa Operacional. Área de concentração: Logística e Sustentabilidade.

**Orientador:** Prof. Carlos Américo Leite Moreira, Doutor em Economia

**Co-orientador:** Prof. Aécio Alves de Oliveira, Doutor em Sociologia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

B196a Barbosa, Eufrasina Campelo Borges Mendonça.  
Acumulação por espoliação e a integração da América Latina na divisão internacional do trabalho /  
Eufrasina Campelo Borges Mendonça Barbosa. – 2016.  
65 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação,  
Programa de Pós-Graduação em Logística e Pesquisa Operacional, Fortaleza, 2016.  
Orientação: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.  
Coorientação: Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira.

1. Crescimento econômico ilimitado. 2. Acumulação por espoliação. 3. Divisão internacional do trabalho. 4.  
Integração logística. 5. Limites ecossistêmicos. I. Título.

CDD 658.5

---

EUFRASINA CAMPELO BORGES MENDONÇA BARBOSA

**ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA  
NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Logística e Pesquisa Operacional.

Aprovada em: 24/08/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira (Co-orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Déa de Lima Vidal  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. Marcelo Santos Marques  
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Dedico este trabalho aos meus **Pais**, nos quais me espelho e ao “**Prof**”, em quem me inspiro.

## AGRADECIMENTOS

Inicio sendo grata a Deus pelo dom da vida. Em seguida, a São Francisco e a Nossa Senhora de Fátima, que habitam em meu coração e iluminam meu caminho desde o meu nascimento.

Sigo agradecendo aos meus pais, Maria Genoveva Campelo Borges Mendonça Barbosa e Francisco Antonio Mendonça Barbosa. Não existem palavras suficientes para descrever a preciosidade que é tê-los presentes em minha vida. Ambos acompanharam ativamente minha dedicação desde o processo seletivo até o dia da última revisão deste material e proporcionaram condições perfeitas para que eu produzisse intelectualmente.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Carlos Américo Leite Moreira, o qual disponibilizou várias manhãs de seu sábado para acompanhar o processo de elaboração desta pesquisa. Em especial, destaco minha profunda gratidão ao meu co-orientador, Aécio Alves de Oliveira, amigo acolhedor e profissional admirável.

À turma 2014 do GESLOG, meu apreço pela perseverança de todos que estão chegando ao fim dessa jornada comigo. Foram vários os dias em que despendemos horas de estudos nos deslocando até o Ministério Público e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Espero encontrá-los em breve exercendo a carreira docente.

Aos professores, que, mesmo o curso passando por um momento incerto, não se desmotivaram. Em vez disso, dedicaram-se em despertar na turma a curiosidade de presenciar a aplicação daqueles conceitos no dia-a-dia corporativo. Por esse motivo, acabei integrando-me ao time da Companhia Siderúrgica do Pécem. Agradeço por ter descoberto nessa empresa o quão capaz eu sou de superar obstáculos como escassez de tempo, sono e cansaço.

Ao coordenador Professor Dr. Bruno Prata, pelo rigor e profissionalismo ao conduzir o programa, ao lado do Thiago Brasil, secretário sempre solícito.

Revervo meu agradecimento final ao Thiago Soares Guimaraes, meu namorado, pela compreensão nos momentos mais tensos, pela paciência nas situações em que estive ausente e por se dispor a viver comigo essa experiência única.

*“Apesar da sua promessa de civilização e de modernização, o capitalismo, realmente, nunca superará a brutal barbárica relação com os seres humanos e a natureza; ao contrário, ele tem solapado ambos numa escala crescente” [Tradução livre].*

John Bellamy Foster

## RESUMO

O modelo econômico atual exerce forte pressão sobre o ambiente. Eis o cerne da contradição entre a economia e os limites ecossistêmicos. O avanço das forças produtivas conduz o capital à condição de sistema-mundo. Estrutura-se, assim, uma divisão internacional do trabalho que envolve as economias nacionais em uma teia adequada à reprodução ampliada do capital. Historicamente, os países hegemônicos impunham seus interesses para consolidar formas imperiais de dominação e de acumulação por espoliação. Os países periféricos, por sua vez, se mantêm na condição de produtores de *commodities* e dependentes financeira e tecnologicamente dos países centrais. O estudo tem por objetivo analisar o processo de integração geopolítica da América Latina, que visa prover infraestrutura física e de informação necessárias para facilitar a mobilidade dos fluxos de comércio e do capital financeiro internacional e as prováveis repercussões sobre a soberania política e econômica da região. Tal processo contribui para fragilizar o controle dos Estados sobre a gestão de recursos naturais. Diante desse cenário, a pesquisa visa responder de que maneira a integração logística contribui para a consolidação do modelo neoextrativista na América Latina. A metodologia adotada é exploratória. Do ponto de vista da abordagem do problema, o caráter interpretativo classifica este trabalho como essencialmente qualitativo. Além disso, aplica-se a interdisciplinaridade devido à necessidade de integrar as fronteiras do conhecimento, como sociologia, economia, geografia, ecologia, física, entre outras, de modo a construir uma unidade complexa a ser estudada. A conclusão geral é que infraestruturas logísticas facilitam apenas o escoamento de *commodities* para o exterior, cujo produto final não apresenta efeitos expressivos na economia local.

**Palavras-chave:** Crescimento econômico ilimitado. Acumulação por espoliação. Divisão internacional do trabalho. Integração logística. Limites ecossistêmicos.

## ABSTRACT

The current economic model exerts strong pressure on the environment. This is the crux of the contradiction between the economy and the ecosystems limits. The productive forces advance driving capital to the world-system condition. It is structured, thus, an international division of the work that involves the national economies in an adequate web to the enlarged reproduction of the capital. Historically, hegemonic countries imposed their interests to consolidate imperial forms of domination and accumulation by dispossession. Peripheral countries, in turn, remain in the condition of *commodities* producers and financial dependent and technology of the central countries. The study aims to analyze the geopolitical integration process of Latin America, which seeks to provide physical infrastructure and information necessary to facilitate the mobility of trade flows and international finance capital and the likely repercussions on the political and economic sovereignty of the region. This process contributes to weaken the control of States over the management of natural resources. In this scenario, the research aims to answer how the logistics integration contributes to the consolidation of neoextrativista model in Latin America. The methodology is exploratory. From the point of view of the problem approach, the interpretive character classifies this work as essentially qualitative. In addition, it applies to interdisciplinarity because of the need to integrate the frontiers of knowledge, such as sociology, economics, geography, ecology, physics, among others, in order to build a complex unit to be studied. The general conclusion is that logistics infrastructure only facilitate the exportation flow of commodities, which the final product has no significant effect on the local economy.

**Keywords:** Economic growth unlimited. Accumulation by dispossession. International labor division. Logistics integration. Ecosystemic limits.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> América Latina e Caribe: investimento direto estrangeiro recebido, 2013-2014...	40
<b>Gráfico 2.</b> América Latina e Caribe: distribuição das exportações totais conforme a intensidade tecnológica, 1981-2010 .....	42
<b>Gráfico 3.</b> América Latina e média mundial: valor adicionado pela indústria em 2013 .....	43

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1.</b> Mix de produtos mais relevantes para o agronegócio brasileiro em 2015.....	44
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O PARADIGMA DO CRESCIMENTO ILIMITADO .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 Ruptura metabólica: processo econômico e limites ecossistêmicos .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 Necessidades humanas e do capital: conflito civilizacional .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 2 – DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E NEOEXTRATIVISMO... ..</b>	<b>29</b>
<b>2.1 Acumulação por espoliação .....</b>	<b>33</b>
<b>2.2 Divisão internacional do trabalho e novas formas de dependência na América Latina</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO 3 – A LÓGICA DA INTEGRAÇÃO E O MODELO NEOEXTRATIVISTA.....</b>	<b>40</b>
<b>3.1 Duplo processo: reprimarização e desindustrialização na América Latina .....</b>	<b>42</b>
<b>3.2 Uma crítica à proposta de integração regional.....</b>	<b>46</b>
<b>CAPÍTULO 4 – A TESE DO DECRESCIMENTO SEGUNDO LATOUCHE .....</b>	<b>49</b>
<b>4.1 Crescimento econômico ilimitado e a tese do decrescimento .....</b>	<b>51</b>
<b>4.2 Decrescimento como projeto local.....</b>	<b>55</b>
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>61</b>

## INTRODUÇÃO

O modelo econômico atual que respalda a sociedade capitalista tem por marca distintiva um modo de produção e de vida que exerce forte pressão sobre o ambiente. As leis que regem a produção e o consumo desta sociedade entram em conflito direto com os ciclos naturais, estabelecendo uma fratura metabólica que compromete a capacidade de suporte (*support capacity*) dos ecossistemas e a conservação dos processos vitais de todas as espécies.

O dogma do crescimento econômico ilimitado esbarra na finitude da Terra. Eis aí o cerne da contradição entre a economia e o limite planetário. A incompatibilidade decorre da acumulação ilimitada do capital. Trata-se de uma finalidade tautológica, qual seja, a produção pela produção, ou mais corretamente, a produção de dinheiro para acumular dinheiro, que se afigura como irracional diante dos limites ecossistêmicos.

O processo de produção corresponde à transformação de recursos de baixa entropia em resíduos de elevada entropia. Nesse sentido, crescimento econômico implica maior deposição de resíduos. Segundo Georgescu-Roegen (1971), o modelo econômico corrente contribui para desastres ambientais graves, como perda de solo agricultável, contaminação da água, redução das reservas pesqueiras, desflorestamentos etc. Como consequência, aumentam os riscos de degradação dos biomas, impossibilitando a reprodução de várias espécies.

O avanço das forças produtivas é uma exigência da acumulação capitalista. Essa imanência do capital o leva à condição de “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 1979). Para tal, estrutura-se um processo de divisão internacional do trabalho que envolve as economias nacionais em uma teia adequada à expansão desse sistema. A movimentação internacional de mercadorias decorre de ações de grandes corporações sediadas nos países desenvolvidos. A produção especializada de cada país, realizada por capitais nacionais ou estrangeiros, potencializa a expansão desse sistema-mundo independentemente dos custos socioambientais causados onde essa produção ocorrer.

Desse modo, a mundialização expressa uma divisão do trabalho que extrapola os limites territoriais, de modo a criar condições para o livre exercício das forças de mercado no mundo. Na realidade, os países desenvolvidos impõem seus interesses para consolidar formas imperiais de dominação e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005).

Segundo Harvey (2005), o conceito de acumulação por espoliação é a continuidade de práticas de acumulação de capital, processo que Marx (1988) denomina de “primitivo” ou “originário”, que estava na origem da formação do capitalismo. Para Marx (1988), a acumulação “primitiva” inicia-se com a mercadificação e a privatização da terra, provocando a expulsão violenta de comunidades onde estes processos ocorriam. Na origem, as coletividades são brutalmente separadas de seus “bens comuns” (HOUTART, 2011) – meios de subsistência e de produção – instalando-se a propriedade privada destes bens. De maneira nítida, tem-se a constituição histórica de duas classes sociais distintas: uma proprietária dos meios de produção e a outra possuidora de força de trabalho. Isso corresponde à relação social típica da formação socioeconômica capitalista, com a qual se estabelece uma força de atração entre meios de produção e força de trabalho para afirmar o modo de produção do capital.

Desse modo, forma-se um coletivo de indivíduos despojados de terra e de meios de produção, os quais são obrigados a vender sua mercadoria força de trabalho, para assim obter meios de subsistência. É um processo histórico que solidifica a subordinação do homem às necessidades do capital, o que o impossibilita de se reconhecer nas estruturas sociais por ele mesmo geradas.

Harvey (2005), em seu livro *O novo imperialismo*, amplia o significado de acumulação “primitiva”, atribuindo-lhe dimensões relacionadas à vida econômica, política e cultural da sociedade, em conformidade com a reprodução ampliada do capital. Evidentemente, para Harvey, o período histórico em que nos encontramos impede qualificar de “primitivo” o processo atualmente em andamento. Por isso, o autor considera que a acumulação por espoliação é um estágio “pós-modernista” de um processo de apropriação de bens comuns por empresas privadas. Essa apropriação de bens comuns pode ocorrer tanto no território onde as empresas estão sediadas, como em outros países. Em geral, os países com mais diversidade em bens naturais tendem a se inserir na divisão internacional do trabalho como fornecedores de matérias-primas.

Ao lado disso, a intensa movimentação de capital financeiro em busca de ganhos rápidos e elevados, aproveitando as oscilações dos preços dos ativos privados e das taxas de juros vinculadas aos títulos das dívidas públicas, contribui para fragilizar o controle daqueles países sobre a gestão de suas finanças. Eventualmente, os ativos naturais poderão ser utilizados como garantias em circunstâncias de fragilidades financeiras. Em tal situação, a gestão dos recursos naturais também se fragiliza. Isso poderá levar a um sistema de governança

insidioso, favorável aos interesses dos credores, que contribui para a dilapidação de ativos naturais.

Para François Chesnais (1995), em sua “teoria do regime de acumulação financeirizada”, o desenvolvimento do capitalismo no final do século XX tem por base uma expressiva concentração de capital-dinheiro nas mãos de grandes bancos e de fundos de pensão, e que, por isso provavelmente estabelece uma relativa dominância sobre o capital industrial. No entanto, o capital portador de juros (D – D’), ao buscar oportunidades lucrativas, pode, eventualmente, abrir espaço para investimentos estrangeiros diretos<sup>1</sup>. No capitalismo contemporâneo, essa concentração de capital-dinheiro estabelece uma relação de complementariedade entre os setores produtivo e financeiro.

O setor público, por sua vez, concede isenção de impostos, liberdade cambial e flexibilização das leis nacionais (trabalhista, sindical, fiscal, aduaneira), propiciando a formação de oligopólios e incentivando a livre movimentação de capitais (produtivo e financeiro). Estados investem na implementação de infraestruturas logísticas mais eficientes, principalmente, a fim de tornarem-se uma região atrativa para empresas transnacionais que visam atender os mercados nacional e internacional. As tecnologias de informação e comunicação são exemplo de infraestrutura que facilitam as transações financeiras e o comércio virtual. Ao mesmo tempo em que funciona como uma ferramenta de transmissão e distribuição de informações, reforça o controle sobre as atividades realizadas pelas instituições financeiras, empresas e governos. Conclui-se, portanto, que o capital só irá migrar para locais onde já houver condições físicas e informacionais para sua reprodução.

Nessa perspectiva, a ampliação de infraestruturas logísticas é determinante para o avanço do “progresso”. O objetivo é interconectar de forma eficiente a produção local aos mercados globais, intensificando os fluxos de comércio. Os países periféricos se mantêm na divisão internacional do trabalho, dispendo de relativa diversidade de recursos naturais, na condição de produtores de *commodities* e dependentes financeira e tecnologicamente dos países centrais (WALLERSTEIN, 1979).

---

<sup>1</sup> De acordo com Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2008), investimento estrangeiro direto é uma modalidade que compreende todo aporte de dinheiro vindo do exterior que é aplicado na estrutura produtiva doméstica de um país, na forma de participação acionária em empresas já existentes ou na criação de novas empresas. São recursos que podem permanecer por algum tempo contribuindo para aumentar sua capacidade de produção.

Historicamente, estabeleceu-se um fosso de desigualdades socioeconômicas e ambientais entre países situados nos hemisférios Norte e Sul. A riqueza gerada nos países do Norte não contabiliza os custos decorrentes da utilização de seus recursos naturais, e menos ainda daqueles extraídos dos países do Sul. Para estes últimos, transferem parte de suas atividades produtivas, preferencialmente aquelas mais poluidoras, e deles importam matérias-primas. Evidências disto são as atividades de extração do alumínio, mineração e agronegócio no Brasil.

O Norte encontra-se em fase de esgotamento de suas fontes de recursos naturais, enquanto uma parte do Sul ainda dispõe de uma rica biodiversidade. Este é o contexto em que ocorre a consolidação do neoextrativismo. Trata-se de uma especialização do hemisfério sul na produção de *commodities* agrícolas e metálicas voltadas principalmente para a exportação.

A retomada ao extrativismo, que remete aos tempos coloniais, enfatiza a reprimarização econômica em outras bases. Isto é, produzir bens primários de baixo valor agregado, baixo conteúdo tecnológico e de elevado impacto ambiental, direcionados ao mercado mundial. O fato das atividades extrativistas ganharem importância na pauta exportadora dos países da América Latina pode ser um sintoma de desindustrialização, que se expressa na ocorrência de déficits comerciais crescentes da indústria e superávits comerciais no setor primário.

Nesse sentido, torna-se relevante analisar o processo de integração geopolítica da América Latina, que visa prover infraestrutura física e de informação necessárias para facilitar a mobilidade dos fluxos de comércio e do capital financeiro internacional e as prováveis repercussões sobre a soberania política e econômica da região. Tal processo contribui para fragilizar o controle dos Estados sobre a gestão de recursos naturais.

Diante desse cenário, esta pesquisa visa responder de que maneira a integração logística contribui para a consolidação do modelo neoextrativista na América Latina. Para tanto, propõe-se a estruturar uma crítica à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA, programa que sugere uma integração regional por meio da modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, mediante ações conjuntas de 12 países apenas da América do Sul. Os países que pretendem criar uma associação política, econômica e sociocultural são os seguintes: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A metodologia adotada é exploratória, pois a pesquisa foi elaborada a partir de livros e artigos de periódicos. Do ponto de vista da abordagem do problema, o caráter interpretativo classifica o trabalho como qualitativo. Segundo Koro-Ljungberg (2010), a validade em pesquisas qualitativas está relacionada à responsabilidade do autor ao explicar as informações obtidas de maneira ética. Além disso, aplica-se a interdisciplinaridade devido à necessidade de integrar as fronteiras do conhecimento como sociologia, economia, geografia, ecologia, física, entre outras, de modo a construir uma unidade complexa a ser estudada (MORIN, 2008).

Além da Introdução, a dissertação é composta por quatro capítulos, conforme a seguir.

No primeiro capítulo, identificam-se as incompatibilidades entre o crescimento econômico e as necessidades socioambientais. Trata-se de uma análise das contradições entre busca incessante do lucro, satisfação das necessidades humanas reais e limites ambientais. As leis que regulam a produção econômica não se coadunam com aquelas que orientam os serviços ambientais e a biodiversidade, uma vez que os ecossistemas necessitam um tempo maior de regeneração.

No segundo capítulo, analisa-se o processo histórico que conduz à acumulação por espoliação na América Latina. A subordinação hierárquica estabelecida pela relação colônia-metrópole insere os países latino-americanos na divisão internacional do trabalho como meros produtores de *commodities*. Reafirmam-se, assim, formas de dependência que acentuam a distância econômica entre os países que exportam bens primários e aqueles que detêm o controle das tecnologias e vendem produtos industrializados.

No terceiro capítulo, analisa-se a reprimarização e a desindustrialização na América Latina. Esse duplo processo se aprofundou na região a partir dos anos noventa, em razão da reestruturação produtiva provocada pela liberalização e desregulamentação econômica. A reprimarização está relacionada ao ganho de importância das exportações de produtos primários na pauta exportadora das economias latino-americanas, o que potencializa o processo de desindustrialização. Para facilitar o escoamento dessas matérias-primas e atrair capitais multinacionais exigiu-se a construção de infraestruturas logísticas que favorecessem a integração física entre esses países e deles com o resto mundo.

No último capítulo, faz-se um debate sobre a tese do *Decrescimento* em Latouche (2009) como uma proposta de transição para além da reprodução ampliada do capital. Esse debate

ênfatisa a coevolução entre Homem e Natureza e o desenvolvimento das individualidades humanas. Nesse sentido, a vida em sociedade sob novas bases teria como premissa um tempo maior dedicado a atividades superiores, como formação artística, científica, exercícios físicos e contemplação da Natureza, e um menor às atividades econômicas. Assim, o modo de produção teria de ser redefinido com a imposição dos valores da Natureza sobre os valores da economia monetária.

A conclusão geral é que a instalação de megaprojetos de “desenvolvimento” na América Latina é fundamental para a integração dessa região na divisão internacional do trabalho, pois contribui para compor cadeias produtivas globais mais complexas. No entanto, as infraestruturas logísticas facilitam apenas o escoamento de *commodities* para o exterior, cujo produto final não apresenta efeitos expressivos na economia local.

## **CAPÍTULO 1 - O PARADIGMA DO CRESCIMENTO ILIMITADO**

Para o pensamento neoclássico, o objeto da ciência econômica é o estudo do comportamento de agentes racionais que buscam o máximo benefício por unidade de dispêndio, a partir do que seus seguidores consideram alocação ótima de recursos escassos (MARSHALL, 1961). O conceito de produção restringe-se à transformação de recursos naturais em bens e serviços disponíveis para as famílias. Não há qualquer consideração quanto à origem desses recursos e destinação dos resíduos. Seguramente, o produto final das atividades econômicas são resíduos, e não bens e serviços finais.

Desse modo, o processo econômico abrange o conjunto das atividades que formam o movimento contínuo e repetido de produção, circulação e consumo. A rigor, o que normalmente se chama produção deveria ser denominado de “transformação entrópica” para que não ficasse obscuro o que acontece com os elementos da Natureza durante o processo econômico. Para a concepção neoclássica, portanto, o sistema econômico é um modelo reducionista que compreende apenas fluxos isolados entre famílias e empresas em que circulam valores de troca, desconsiderando quaisquer interrelações com o ambiente.

Historicamente, a interação metabólica que os homens estabeleciam com o ambiente resultava de fatores culturais inerentes às relações sociais no ato de produzir suas condições materiais de vida. Para Engels (2009, p. 59), na particularidade histórica do capitalismo, tem-se uma interação destrutiva na qual “a lógica humana parece sempre a mesma: utilizar os recursos naturais de maneira que melhor possa gerar benefícios materiais imediatos, a quem os explorasse, sem qualquer preocupação com os efeitos das ações humanas sobre o entorno”.

Para o modelo capitalista importa apenas o aumento incessante da quantidade de valor produzida, isto é, acumulação de capital (MARX, 1988). A fim de cumprir tal regra, o capital finca suas bases na exploração do trabalho assalariado para a produção de mercadorias. Nessa perspectiva, os recursos naturais são vistos meramente como meios para produzir lucro e para garantir a reprodução ampliada de capital.

As diversas frações do capital estabelecem entre si uma disputa acirrada pelas fontes de matérias-primas e por uma maior fatia de mercado, visando obter a máxima valorização do capital investido. Impõe-se a necessidade de aumento da produtividade do trabalho, que se concretiza no encurtamento do tempo para produzir mercadorias. A mais-valia, extraída do

trabalho vivo, é reaplicada na produção a fim de, na etapa seguinte, ampliar a capacidade produtiva instalada (MARX, 1988). Daí a importância dos avanços científico-técnicos para intensificar a reprodução do capital.

Nesse contexto, situa-se a substituição do trabalho humano por máquinas. A utilização de uma tecnologia avançada permite àqueles capitalistas mais inovadores se apropriarem de uma maior fração da massa global de mais-valia, em detrimento de seus rivais. Isso se dá porque mais mercadorias são produzidas a um menor custo pelo capitalista inovador, contribuindo para a elevação de sua taxa de lucro e ampliando suas possibilidades de acumulação, às expensas dos concorrentes em condições inferiores de produção (GOUVERNEUR, 1995).

O sociometabolismo do capital reproduz-se, portanto, a partir da exploração do trabalho humano e das forças produtivas da Natureza, com a finalidade de obter a maior taxa de excedente possível. A adoção de tecnologias avançadas afeta diretamente a distribuição de riquezas, porque aumenta a relação entre a fração do valor agregado apropriada pelos capitalistas inovadores e aquela correspondente ao valor da força de trabalho. Ao mesmo tempo, acelera a transformação de recursos naturais em “mercadorias-resíduos”. Do ponto de vista social, ampliam-se as desigualdades distributivas; do ponto de vista ambiental, aceleram-se os processos de entropização ou até mesmo de esgotamento de recursos em virtude do aumento da produtividade do trabalho.

Assim, as estratégias do sistema capitalista de produzir a um custo mínimo intensificam a utilização de recursos naturais, ocasionando impactos ambientais (HANSEN, 2012). Dependendo da intensidade, a recomposição dos ecossistemas não acompanha o ritmo imposto pela produção de mercadorias, comprometendo a capacidade de suporte da Natureza. A visão mecanicista do funcionamento da economia considera a Natureza como fonte ilimitada de recursos para atender as necessidades do crescimento econômico ilimitado.

Nesse capítulo, são apresentadas as contradições que se desenvolvem entre a busca incessante do lucro e a satisfação das necessidades socioambientais, ou seja, as incompatibilidades decorrentes do crescimento econômico ilimitado dentro de um sistema fechado, que é a Terra.

### 1.1 Ruptura metabólica: processo econômico e limites ecossistêmicos

Nas sociedades pré-capitalistas, o homem integrava-se ao ambiente, principalmente, com o objetivo de satisfazer suas necessidades vitais. Nos primórdios, deslocava-se constantemente em busca de alimentos, orientado pelos ciclos da Natureza, imitando, de certa maneira, o comportamento dos outros animais. A capacidade de adaptação do homem foi um fator decisivo para sua sobrevivência (SILVA, 2007).

O homem observava a Natureza na condição de caçador e coletor. À medida que demorava mais tempo em uma determinada região e consumia frutos e plantas, notava que uma semente dava origem a uma nova planta. Ao perceber que podia “controlar” a Natureza, isto é, prever seus fenômenos e se proteger do rigor das estações do ano, o homem criava condições objetivas para se fixar em determinados lugares.

Nesse processo de adaptação, escolhiam-se lugares com disponibilidade de alimentos, condições de segurança e de clima ameno; não havia motivos para abandonar as terras onde estavam vivendo. Com o fim da vida nômade, começava o desenvolvimento de pequenas vilas.

Ao se fixar, o homem cria condições para tornar seus instrumentos e ferramentas mais adequados à atividade agrícola e à caça, bem como petrechos para defesa contra invasores. A vida sedentária ensinou ao homem a importância de armazenar excedentes e de se prevenir diante de eventuais períodos de escassez. A agricultura potencializa a exploração de recursos e marca o início do avanço humano sobre a Natureza.

Conforme Marx (2003), a relação entre homem e Natureza é dialética, no sentido de que o homem transforma a Natureza ao mesmo tempo em que por esta é transformado. Segundo o autor, a Natureza é o “corpo inorgânico do homem”:

O homem *vive* da natureza, ou também, a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza (MARX, 2003, p. 116).

Da Natureza, o homem retira os meios necessários à manutenção da vida da espécie. A partir dela, ele amplia a capacidade de produzir órgãos exossomáticos e as possibilidades de transformar o meio em que vive. Em troca, o homem deposita matéria e energia degradada a

ser assimilada pelos processos naturais. Essa troca metabólica estabelece definitivamente sua dependência ao ambiente em que vive.

No contexto da relação social de produção capitalista, esse processo de troca metabólica é mediado pelo trabalho humano, tendo a acumulação de capital como finalidade. Os lucros são, em grande parte, destinados à acumulação, para obter lucros ainda maiores. A regra do sistema, portanto, é a reprodução ampliada do capital, conforme a fórmula abaixo, que deve se repetir continuamente (GOUVERNEUR, 1995).

$$D_0 \rightarrow M_0 \rightarrow \text{Produção} \rightarrow M_1^+ \rightarrow D_1^+$$

$D_0$ : Capital-dinheiro investido

$M_0$ : Capital-produtivo (meios de produção e força de trabalho)

$M_1^+$ : Capital-mercadoria

$D_1^+$ : Capital-dinheiro valorizado

$\Delta D = D_1^+ - D_0$ : valor

Como a reprodução ampliada do capital é a regra, o sistema orienta-se pela expansão ilimitada da produção. Mais corretamente, a reprodução ampliada significa, do dinheiro, produzir mais dinheiro. Assim, a produção apresenta-se como um meio para gerar lucro, cuja reinversão destina-se a propiciar a expansão do capital dinheiro e maiores lucros.

O cumprimento dessa regra provoca um conflito entre o encurtamento do tempo para produzir mercadorias e o tempo de recomposição da Natureza. Por esse caminho, a humanidade amplia sua capacidade de intervir no ambiente, exigindo deste respostas imediatas para repor as condições anteriormente existentes. Assim, o processo de troca metabólica entre sociedade e ambiente é uma tentativa de transplantar para este os mesmos princípios utilizados na reprodução do capital. Esse mesmo processo tem por contrapartida a produção ampliada de resíduos.

De um lado, o bem-estar econômico do capital, de outro, o mal-estar sob a forma de impactos socioambientais. Cumprir essa determinação econômica significa acelerar processos indesejáveis para a manutenção das condições de vida das espécies, colocando o subsistema econômico acima da sociedade e do ambiente.

De fato, não é possível produzir mercadorias sem causar mudanças qualitativas e irreversíveis nos ecossistemas. O fundamento dessas mudanças encontra-se na Termodinâmica,

particularmente na Lei da Entropia, a qual mensura o grau de desorganização de um sistema. A transformação de matérias de baixa entropia por um sistema centrado na lógica linear de extração, produção e descarte, resulta na produção de resíduos de elevada entropia (GEORGESCU-ROEGEN, 1971).

O conjunto dos processos econômicos causa aumento da entropia, acarretando consequências nefastas sobre a biodiversidade e os serviços ambientais, além de acentuar a ruptura metabólica entre sociedade e ambiente. Na agricultura, reduzir o tempo, tendo em vista acelerar a produção, esgota a fertilidade do solo. Nos demais setores da economia, a lei da produtividade crescente acelera o uso de recursos naturais, ao mesmo tempo em que aumenta a produção de resíduos.

A ruptura que se estabelece entre economia e Natureza decorre do fato de que esta é um sistema fechado, enquanto aquela funciona de maneira linear (produz-consome-descarta) e se pretende em expansão ilimitada. O crescimento econômico excessivo choca-se com a finitude do Planeta. A capacidade regeneradora dos ecossistemas fica comprometida à medida que o homem acelera a transformação dos recursos em rejeitos (LATOUCHE, 2009).

A teoria econômica convencional utiliza como paradigma a Mecânica para explicar o processo econômico. Trata-se de uma perspectiva reducionista, na qual a Natureza é considerada simplesmente como algo a ser explorado. O processo econômico é descrito de modo linear, pouco considerando os impactos nas origens dos recursos e na destinação dos resíduos gerados na produção. Para esta visão mecanicista, a economia é o sistema e a Natureza um subsistema (PENTEADO, 2008).

De acordo com os que seguem tais argumentos, não existem limites nem empecilhos ecossistêmicos ao crescimento contínuo e ininterrupto. Presume-se que o ser humano é capaz de produzir substitutos perfeitos dos recursos naturais por meio de processo tecnológico.

Considerar a existência de limites à reprodução ampliada do capital exige a ruptura com a matriz de pensamento mecanicista e a superação do dogma do crescimento econômico ilimitado. Portanto, a expansão da economia, orientada pela busca do lucro privado, acelera o processo entrópico e compromete a capacidade de regeneração dos ecossistemas.

Para os economistas tradicionais, esta perspectiva significaria um retrocesso (PENTEADO, 2008); para os capitalistas, seria inaceitável, pois seus lucros seriam diretamente afetados. Ao contrário, significa avançar para uma sociedade mais justa e consciente.

Enquanto isso, os indivíduos humanos sofrem as consequências decorrentes da exploração intensiva de recursos naturais e de seus impactos sobre os ecossistemas. Nesse sentido, Marx (1988, p. 101-102) afirma que:

[...] a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob a forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. [...] Mas, ao destruir as condições desse metabolismo, desenvolvidas espontaneamente, obriga-o, simultaneamente, a restaurá-lo de maneira sistemática, como lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano. [...] Assim como na indústria citadina, na agricultura moderna o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são conseguidos mediante a devastação e o empestamento [comprometimento] da própria força de trabalho. E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. [...] Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda riqueza: a terra e o trabalhador.

Segundo Marx e Engels (1993), a sobreposição do homem à Natureza ocorre com o intuito de dominá-la de qualquer maneira, impõe um ritmo que lhe é externo, solapando seu real significado para a humanidade. Desse modo, o homem que personifica o capital atua degradando as condições objetivas das quais depende, contribuindo assim para a fratura metabólica que estabelece com a Natureza. É preciso, portanto, um novo modo de produção no qual essa interação seja de coevolução.

## 1.2 Necessidades humanas e do capital: conflito civilizacional

Nesta seção, será apresentada a forte imbricação existente entre o modo de produção de mercadorias e o modo de vida da sociedade capitalista. A lógica do sistema sugere que, antes de tudo, as necessidades de expansão do capital sejam atendidas, mesmo que em detrimento das necessidades humanas. Desse modo, interessa produzir somente aquilo que for rentável para o capital.

O sistema de produção capitalista gira em torno da criação do valor. Para isso, o capital consome a mercadoria força-de-trabalho, da qual resulta o excedente gerador de lucro. Os vendedores dessa mercadoria conformam a classe que vive para o trabalho. Por outro lado, os compradores, a classe dos proprietários dos meios de produção, vivem do trabalho alheio.

Conforme Marx (GRUNDRISSE, 1985, p. 229), o capital é uma “contradição em processo”, porque procura reduzir a um mínimo o *trabalho* e o tempo para produzir, mas necessita deste mesmo *trabalho* e tempo como fonte e medida de sua riqueza. Para tanto, os capitalistas recorrem à automação do processo de produção com a utilização de máquinas mais aperfeiçoadas. O impacto imediato é o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do tempo para produzir uma unidade da mercadoria.

O trabalhador perde importância, restringindo-se ao exercício de rotinas pré-estabelecidas, com tarefas simples e repetitivas. Esta simplificação é a expressão fenomênica da tendência à qualificação-desqualificante do trabalho (OLIVEIRA, 2005). Acentua-se, assim, o domínio dos proprietários dos meios de produção sobre os trabalhadores, e estes se transformam em meros apêndices do processo.

A intensificação da substituição do trabalho humano por máquinas tende a reduzir o emprego, com consequências sociais onde ocorrer, principalmente, em períodos de fraca expansão da economia. Por outro lado, o crescimento econômico cria novas oportunidades de emprego.

Para Gouverneur (1995), à mecanização corresponde o efeito-empulsão, ou seja, redução de emprego. O crescimento econômico, por sua vez, está associado ao efeito-absorção, ou seja, criação de emprego. Caso o efeito-empulsão supere o efeito-absorção, tem-se uma ampliação do desemprego. Neste caso, tem-se um conflito entre as necessidades humanas e o processo econômico capitalista, que tem o lucro como objetivo.

Em mercados mais dinâmicos, as mudanças nos cenários econômicos ocorrem em um intervalo de tempo mais curto do que aquele necessário para que estas sejam consolidadas. Nesse sentido, é obrigação do trabalhador assimilá-las e arcar com os riscos. Segundo Dowbor (1998), tornou-se cada vez mais difícil conciliar o bem-estar humano com o bem-estar da economia. O primeiro está associado à produção de bens e serviços consumidos coletivamente. O segundo orienta-se de acordo com a lógica do lucro privado. Significa dizer que, se for do interesse do capitalista enxugar suas operações, ele não hesitará em demitir assalariados. Estes devem se sentir “culpados” e assumir as consequências de seu desligamento sem se queixar.

Tal circunstância demonstra que a flexibilidade para o capital significa uma situação de instabilidade para os trabalhadores. Assim, estes são levados a compreender que são pouco importantes para a empresa e que podem ser facilmente substituídos. Mesmo assim, em geral, dedicam o máximo de si para se mostrarem rentáveis e garantirem o emprego. Esse tipo de “lealdade” com a empresa decorre da coerção econômica relacionada com a sobrevivência. Os trabalhadores assalariados são aprisionados pelos liames do poder social geral historicamente adquirido pelo dinheiro. Este é a senha de acesso ao espetacular mundo do consumo de mercadorias.

A abundância midiaticizada das mercadorias funciona como um apelo ilusório voltado para suprir carências afetivas e emocionais. Os mutáveis e efêmeros padrões de consumo da sociedade capitalista são manifestações da “jaula de ferro” que ela encerra (OLIVEIRA, 2006, p. 103).

A “seta dourada do consumo”, além de orientar a direção do sucesso e do reconhecimento, funciona como uma espécie de compensação para frustrações familiares e profissionais (LEONARD, 2011). Dessa maneira, possuir objetos determina o estilo de vida social adequado ao modo de produção do capital e a condição para a felicidade aparente do indivíduo. A mercadoria é, portanto, a abstração efetiva do real, e o espetáculo, sua manifestação midiática (DEBORD, 2003). São processos que sintetizam o domínio da mercadoria na sociedade capitalista.

Por isso, os indivíduos necessitam estar se readaptando constantemente. Caso contrário, correm o risco de autorreprovação e de se tornarem insatisfeitos consigo. Quem não pode se

readaptar é considerado “consumidor falho”. Ao se referir a estes excluídos da opulência da espetacular sociedade de consumo, Bauman (2004, p. 68) ressalta que:

Pobres daqueles que, em razão da escassez de recursos, são condenados a continuar usando [os mesmos] bens que não mais contêm a promessa de sensações novas e inéditas. Pobres daqueles que, pela mesma razão, permanecem presos a um único bem, em vez de flunar entre um sortimento amplo e aparentemente inesgotável. Tais pessoas são os excluídos na sociedade de consumo, os consumidores falhos, os inadequados e os incompetentes, os fracassados – famintos definhando em meio à opulência do banquete consumista.

A sociedade orientada pela seta do consumo torna-se a sociedade das dissociações. Nela, não cabem valores como a solidariedade, diálogo, consenso, mas sim a concorrência e a disputa de todos contra todos. A sensibilidade à vida humana é secundarizada para dar lugar à exclusão e à vantagem pessoal ou classista (BOFF, 2009). “O crescimento econômico liberta as sociedades da pressão natural que exigia a luta imediata pela sobrevivência, porém é do seu libertador que elas não estão libertas” (DEBORD, 2003, p. 23), visto que os indivíduos têm que ser consumidores natos, independente de idade, gênero ou classe social.

Consumismo significa sentir-se atraído por uma mesma mercadoria que apenas sofreu ligeiras modificações em suas qualidades de um momento para outro. Trata-se, portanto, de uma atratividade temporária. Nesse sentido, Bauman (2004, p. 65) exemplifica que “ídolos devem ser brilhantes a ponto de ofuscar os espectadores e formidáveis a ponto de ocupar inteiramente o palco; mas devem ser também voláteis e móveis – de maneira a poderem desaparecer rapidamente da memória [...]”. Nesta sociedade, os ídolos devem ser únicos, porém, voláteis.

Um modelo econômico baseado no consumo requer que a satisfação de necessidades irreais seja instantânea (BAUMAN, 2008). Não é a satisfação das necessidades reais dos indivíduos que interessa, mas sim induzi-los a ampliá-las. Por isso, é condição inegociável que o cidadão se remodele à semelhança do mercado, para evitar ser humilhado ou ridicularizado. Os shopping centers são verdadeiros templos de adoração às mercadorias, pois são construídos de forma a manter as pessoas em circulação, olhando ao redor, sem interagir umas com as outras (DEBORD, 2003).

A paixão pelo consumo introjeta a intemperança e o desperdício quando as pessoas estão envoltas no frenesi das compras de mercadorias. Para Mészáros (1989, p. 88), vivemos na sociedade descartável, em que a “taxa de uso decrescente dos bens e serviços produzidos” é

potencializada. Conforme Leonard (2011, p. 163), “o primeiro e o segundo pares de sapatos proporcionam mais satisfação que o décimo quarto”. Mesmo assim, as pessoas aceitam os apelos publicitários para continuarem comprando. Essa paixão interessa sobremaneira ao capital, pois sua reprodução ampliada depende de vendas crescentes.

A continuidade da circulação do capital é muito importante. O processo não pode ser interrompido sem incorrer em perdas. Por isso, torna-se importante acelerar a velocidade dessa circulação. Aqueles capitais que se movem mais rapidamente pelas diversas fases do processo tendem a se apropriar de uma maior parcela da mais valia produzida socialmente. É um movimento que se põe para atingir a escala global. O capital-dinheiro, reunido em determinada região, desloca-se para outra, utilizando neste novo espaço seus recursos naturais e força de trabalho, estabelecendo uma nova base para o mercado mundial. Significa dizer que os meios de produção são, muitas vezes, trazidos de vários lugares para produzir uma mercadoria que será levada a vários mercados consumidores ao redor do globo (HARVEY, 2011).

A expansão do capitalismo exige o desenvolvimento dos meios de transporte, movimentação e armazenagem para compensar distâncias e reduzir obstáculos à circulação de mercadorias. Inovações nos meios de comunicação têm sido cruciais para o comércio e finanças internacionais. O ímpeto da lógica capitalista direciona-se para a integração de territórios ainda não colonizados, de tal modo a tornar o capital um sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1979).

A categoria de “divisão internacional do trabalho” assume relevância por expressar assimetrias socioeconômicas e ambientais entre países. O sistema-mundo, ao passo que necessita aproximar as economias, hierarquiza os territórios em que estão sediadas. Essa ordem classifica os países de acordo com seu desenvolvimento científico-tecnológico.

## **CAPÍTULO 2 – DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E NEOEXTRATIVISMO**

No capítulo anterior, explicaram-se os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da produção capitalista. Os pressupostos são a exploração do trabalho humano e a transformação da Natureza em produtos para venda. Para a produção capitalista, homem e Natureza são fatores de um processo que eleva sistematicamente a entropia.

A reprodução ampliada já se encontra presente na fase histórica do colonialismo, também chamada de “capitalismo comercial” (PRADO JUNIOR, 2006, p.124). As colônias eram consideradas extensões de suas metrópoles, de modo que estas exerciam controle efetivo sobre o que aquelas produziam. Eis o exclusivismo colonial, uma relação de dominação integral exercida pela metrópole, constituída por um conjunto de regras, cujo objetivo era assegurar os lucros da produção em territórios ultramarinos. Os países colonizados exportavam matérias-primas agrícolas, metais preciosos e minerais e importavam produtos manufaturados da metrópole. As colônias podiam fabricar apenas os insumos que fossem necessários para as atividades produtivas vinculadas às exportações, e eram impedidas de produzir aqueles bens importados da metrópole. Dessa maneira, estabeleceu-se uma divisão de trabalho imposta pela relação colônia-metrópole, que se estende, nestes moldes, até os episódios de independência.

Com a independência política, as antigas colônias adquiriam autonomia formal para produzir e comercializar manufaturas. Devido à carência de capitais, fazia-se necessário investir tanto quanto possível nas exportações, a fim de alcançar superávits. Todavia, a precária infraestrutura encarecia o custo do transporte, restringindo consideravelmente a capacidade de diversificar mercados compradores.

No caso do Brasil, a abertura dos portos forneceu a base para fortalecer o modelo primário-exportador. Influenciado pelos ideais liberais de Adam Smith, o país se especializou na produção de café (FURTADO, 2007), o que - em tese - permitiria expandir sua participação no comércio internacional. Esta característica econômica brasileira é comum aos demais países da América Latina: o Chile exportando salitre, a América Central, bananas, o Peru e a Bolívia, metais preciosos e a Argentina e o Uruguai, carne.

As teorias clássicas de comércio internacional sugerem que os países se especializem apenas na produção para a qual detenham vantagens comparativas e competitivas em termos de disponibilidade de recursos naturais e força de trabalho abundante. Assim, a divisão internacional do trabalho que se estabelece distingue países produtores de bens primários daqueles que produzem bens industrializados. Esta é a característica geral do modelo agroexportador que inspirou os estudiosos da teoria da dependência<sup>2</sup>, demarcando a relação desenvolvido-subdesenvolvido.

De fato, as economias latino-americanas apoiaram-se na exportação de variedades agropecuárias para se inserirem no mercado global como nações politicamente independentes. No entanto, esse modelo agroexportador mostrou vulnerabilidades, uma vez que as exportações dependiam das demandas dos países industrializados, cujas oscilações afetavam os preços das *commodities*. Em virtude disso, os termos de troca evoluíram de maneira desfavorável às economias agroexportadoras.

Para Raul Prebisch (1982), a deterioração dos termos de troca de uma economia agroexportadora é que inviabilizava os esforços de superação do subdesenvolvimento. Segundo o autor, a condição de dependência econômica gerada pela relação de troca entre os países agroexportadores e os industrializados se dava porque aqueles produtores de *commodities* não possuíam tecnologia para beneficiá-las. Significa dizer que, mesmo após a independência política, permanecia a “matriz de poder colonial” de exploração e dominação, para favorecer a acumulação de capital nos países industrializados.

O processo de substituição de importações foi uma tentativa dos países subdesenvolvidos de alçar à condição de desenvolvidos, pela via da industrialização. A consolidação do setor industrial era a chave para uma nação almejar o crescimento econômico. Para tal, o Estado teve uma atuação decisiva, incentivando a instalação de indústrias e até mesmo assumindo de maneira direta a implantação de empresas. Todo esse esforço tinha por objetivo produzir nacionalmente o que antes se importava de outros países.

---

<sup>2</sup> A Teoria da Dependência foi proposta em 1960 e tem por objetivo explicar a reprodução do sistema capitalista nos países periféricos. Em especial, estuda a América Latina sob o aspecto socioeconômico a partir de sua fase de industrialização ocorrida entre as décadas de 1930 e 1940. O esforço teórico era compreender as limitações de um desenvolvimentismo iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos imperialistas. Segundo essa corrente de pensamento, o subdesenvolvimento não é uma etapa para o desenvolvimento.

O período compreendido entre os anos 1950 e meados da década de 1970 foi definido como “os anos dourados” (HOBSBAWM, 2003), dado o expressivo crescimento das economias capitalistas após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o Plano de Metas previa investimentos para o setor industrial, com o Estado assumindo diretamente a produção de aço, alumínio, metais não-ferrosos, cimento, papel e celulose, borracha, construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico.

O governo JK investiu na industrialização do País utilizando-se da emissão de moeda e da abertura econômica ao capital estrangeiro. Como consequência, o processo inflacionário intensificou-se e ocorreu uma relativa desnacionalização da economia, visto que empresas estrangeiras passaram a controlar setores industriais estratégicos da economia nacional.

A expansão da atividade industrial traduziu-se sob a forma de cadeias produtivas complexas, ou seja, de uma maior interdependência entre os setores econômicos. As cadeias foram criadas pelos processos de desintegração vertical e especialização setorial. Devido a pressões competitivas, ampliou-se a articulação entre os agentes, para intensificar a integração e a coordenação entre as atividades, que se concentraram principalmente no Sudeste do Brasil.

Em 1970, durante a ditadura militar, foi elaborado o Programa de Integração Nacional (PIN), cujo interesse geopolítico era integrar o Norte às demais regiões do País. O propósito era levar o “progresso” a esta região, até então isolada, com a construção da Transamazônica. Previa-se que esta rodovia atrairia indústrias e investimento estrangeiro e contribuiria para a ampliação da atividade extrativista e para a circulação de mercadorias. Ainda na década de setenta, atribuiu-se ao Estado o dever de fornecer subsídios que encorajassem grandes empreendimentos agropecuários a ocuparem os vazios territoriais próximos à rodovia Transamazônica e de prover os meios físicos que efetivassem a exportação de suas produções.

Nesse processo de industrialização, a atividade agropecuária também assimilou inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas, objetivando reduzir a dependência à Natureza. Dessa maneira, passou-se a fazer uso intensivo de máquinas, equipamentos, tratores, insumos químicos etc. A indústria a jusante fornece insumo para a agricultura, e esta às agroindústrias, uma vez que parte dos produtos passaram a ser processados, e não mais entregues em sua forma natural para o mercado. O antigo extrativismo, que se caracterizava pela exploração pura e simples de recursos naturais com baixa produtividade, deu lugar, portanto, ao neoextrativismo.

Segundo Gudynas (2012), o neoextrativismo é definido como um modelo de crescimento econômico que incorpora a tecnomecânica à produção de bens primários e semielaborados. O processo de implantação do modelo neoextrativista na América Latina ocorreu entre o final dos anos 1990 e o começo dos anos 2000. O primeiro país a adotar o novo modelo foi o Peru no setor de mineração. Hugo Chavez e Rafael Correa apoiaram a exploração de hidrocarbonetos na Venezuela e no Equador, respectivamente. Na Argentina, Cristina Kirchner vetou a lei de proteção às calotas glaciais andinas para permitir empreendimentos mineradores em Pascua Lama. No Uruguai, o governo concedeu incentivos para investimentos nos setores de papel e celulose. No Brasil, desde a Lei Kandir de 1996, as mineradoras possuem isenção de ICMS nas operações de exportação de minérios.

Nesse contexto, é retomada, em novas bases, a inserção dos países da América Latina na divisão internacional do trabalho, na condição de fornecedores de bens primários. Reafirma-se a subordinação hierárquica que acentua a distância econômica entre os países que exportam bens primários e aqueles que detêm o controle das tecnologias e vendem produtos industrializados.

Assim, ganha importância o estudo do processo de inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho, em virtude dos impactos socioambientais decorrentes das atividades neoextrativistas. O autor David Harvey (2005), em seu livro *O novo imperialismo*, conceitua o processo de espoliação de recursos naturais, de deslocamentos de populações tradicionais e aniquilamento de práticas ancestrais na relação com Natureza, conforme será apresentado a seguir.

## 2.1 Acumulação por espoliação

N’*O Capital*, Karl Marx (1988) analisou a acumulação primitiva como gênese histórica do capitalismo. Também chamado de acumulação originária, este processo ocorreu às expensas dos camponeses, que tiveram suas terras usurpadas para ampliar a área de exploração agrícola, lançando-os como proletários sem direitos no mercado de trabalho. Comunidades inteiras foram expulsas de seus espaços territoriais para dar origem ao processo de acumulação por espoliação. O autor aponta que a violência é a marca registrada da oposição entre proprietários de dinheiro e trabalhadores agora livres.

Segundo Harvey (2005), acumulação por espoliação é a continuidade do processo que Marx definiu como “acumulação primitiva”, a qual reunia a mercadificação da força de trabalho, a privatização da terra, a expropriação dos camponeses, o comércio de escravos etc. Harvey ainda explica que, para a Europa se tornar centro hegemônico, foi preciso dizimar grande parte das florestas da América e exaurir suas minas de ouro e prata. A atividade econômica predominante nos séculos XV a XIX, nas colônias do continente americano, obedecia ao modelo monocultor, caracterizado por ocupar um vasto território, adotar mão de obra escrava, sobretudo dos negros, e servil, quase sempre indígena, e ter o produto exportado exclusivamente para a metrópole. Nas regiões tropicais, os cultivos mais bem sucedidos nesse período foram cana-de-açúcar, café, cacau, tabaco e algodão (GALEANO, 1978).

A lógica da rentabilidade privada estimula a reprodução ampliada do capital ao mesmo tempo em que contribui para dilapidar os ecossistemas. Nesse sentido, para Porto-Gonçalves (2015), a extração de recursos naturais do continente americano foi decisiva para a consolidação da hegemonia europeia à custa do trabalho escravo e servil, do etnocídio, do genocídio e do ecocídio.

A acumulação por espoliação é, portanto, o início da afirmação do capital como sistema-mundo. Immanuel Wallerstein (1979) chamou de “sistema-mundo” a relação de poder que emanou globalmente já a partir de 1492, na Era das Grandes Navegações. Nessa fase, despontou a corrida marítima europeia em busca de controle de fontes de matérias-primas em territórios ultramarinos. Assim, as metrópoles acumularam capital a partir das atividades produtivas das colônias enquadradas na configuração da divisão internacional do trabalho então estabelecida.

As diversas revoluções industriais, que se seguiram desde o final do século XVIII, introduziram profundas mudanças no modo de produção capitalista. Ao lado, também se modernizaram os sistemas de transporte, para viabilizar o comércio de mercadorias independentemente do país onde fossem produzidas. Nesse sentido, o revolucionamento das forças produtivas possibilitou um processo de divisão internacional do trabalho em novas bases. Os países que passaram pela experiência colonial continuaram produzindo bens primários mesmo após a independência política formal.

Nessa ordem mundial, a configuração do sistema-mundo leva os países a se entrelaçarem em relações hierárquicas de poder. De um lado, aqueles situados na vanguarda do processo de industrialização; de outro, os países especializados na produção de bens primários.

Essas relações hierárquicas de poder perduram até hoje, em virtude das nações desenvolvidas deterem o controle do conhecimento científico e tecnológico. O controle também se expressa pelas injunções políticas exercidas pelos países desenvolvidos sobre os territórios das nações tecnologicamente atrasadas. As injunções têm como pretexto desenvolver essas economias, mas, na realidade, servem para estabelecer áreas de influência sob o comando dos grandes oligopólios industriais. Em última instância, afetam a autonomia que cada povo mantém em seu território e subvertem o modo como se relaciona com a Natureza.

A lógica capitalista implica a permanente busca de mercados para a venda de produtos e de controle sobre as fontes de matérias-primas ou de lugares e regiões estratégicas. Quando determinada região concentra recursos naturais de elevado valor econômico, tem-se uma corrida pelo controle dessas fontes.

As relações hierárquicas que se estabeleceram entre países motivaram a ONU a elaborar resoluções voltadas para evitar intervenções externas diretas. A Resolução 1803 (XVII)<sup>3</sup>, da Assembleia Geral da ONU, de 14 de dezembro de 1962, e o princípio do Direito Internacional de livre determinação dos povos asseguram que cada país tem soberania para decidir sobre a gestão de seus recursos naturais. Entretanto, isso não evitou as intervenções econômicas pela via do investimento estrangeiro direto e do fornecimento de pacotes tecnológicos para pretensamente desenvolver esses países.

---

<sup>3</sup> Resolução 1803 (XVII), de 14 de dezembro de 1962. Acesso em: 14 de dezembro de 2015 às 16:33. Disponível em: [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_21/IIIPAG3\\_21\\_2.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_21/IIIPAG3_21_2.htm)

Se por um lado a Comissão da Soberania Permanente sobre Recursos Naturais, constituída na Assembleia acima citada, trata especificamente de garantir aos países em desenvolvimento o controle efetivo sobre seus recursos naturais, por outro as Instituições Financeiras Multilaterais, ao fornecerem um volume expressivo de financiamentos de longo prazo a grandes grupos transnacionais, contribuem para neutralizar a efetividade dessas resoluções. Por essa via, capitais passam a atuar nos mais diversos setores da economia dos países hospedeiros. Há casos em que projetos de “desenvolvimento” violam direitos socioambientais das populações nativas. O Conglomerado industrial-siderúrgico-portuário da TKCSA, *joint venture* formada pela Vale e pela empresa alemã TKS, instalado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, é um caso emblemático de empreendimento, cuja influência política e poder econômico se sobrepõem à gravidade dos impactos ambientais e à saúde humana (REDE BRASIL, 2012).

Segundo Pochmann (2001), há uma tendência das empresas transnacionais deslocarem toda ou parte de sua atividade industrial para onde houver incentivos econômicos e financeiros, mas o interesse não é colaborar para a melhoria das condições de vida do país hospedeiro. Porto-Gonçalves (2015, p. 38) nomeou essa tendência de “globalização neoliberal”, a qual privilegia as relações econômicas em detrimento das relações sociais e dos impactos ambientais.

Frobel et al. (1980) argumenta que, diante da busca incessante dos capitalistas por redução de custos na produção de mercadorias, os governos dos países hospedeiros são induzidos a oferecer infraestrutura de transporte adequada, leis trabalhistas flexíveis e incentivos fiscais para os investidores. Entretanto, na perspectiva de médio e longo prazo, o aumento de gastos e a renúncia fiscal geram déficits e o conseqüente endividamento desses Estados, tornando suas economias vulneráveis ao capital financeiro internacional.

A América Latina é um exemplo emblemático de fragilização das instituições governamentais dentro da tessitura internacional causada pelo regime de “acumulação sob dominância financeira” (CHESNAIS, 1995). De maneira geral, para o autor, a autonomia adquirida pelas finanças foi facilitada por políticas de liberalização, desregulamentação e privatização de atividades produtivas estatais e de serviços públicos.

## 2.2 Divisão internacional do trabalho e novas formas de dependência na América Latina

A chamada internacionalização ou mundialização do capital abriu caminho para a “ditadura dos credores” (FIORI, 1997). A partir da década de 1980, o regime de acumulação que passou a prevalecer consolidou a “governança financeira” como o principal regulador da economia nos países centrais. Em novembro de 1989, foi formulado um conjunto de dez medidas<sup>4</sup> por economistas do FMI, Banco Mundial e departamento do tesouro norte americano, fundamentadas em um texto do economista John Willianson. Essas medidas ficaram conhecidas como Consenso de Washington, tornando-se a política oficial do FMI, a ser aplicada aos demais países, a partir dos anos de 1990.

O pretexto utilizado para a aplicação do decálogo na América Latina era acelerar o desenvolvimento econômico da região. Contudo, a concessão de novos empréstimos estava condicionada ao cumprimento desse “receituário”. Desde a formulação do Consenso, iniciou-se a disseminação do ideário neoliberal e o processo de financeirização da economia por todo o mundo. Esse processo envolve não apenas empresas privadas, mas também Estados-nação. Segundo Chesnais (1995), é um regime em que ganham importância os rendimentos resultantes da propriedade de ações de multinacionais e de títulos públicos.

Com a financeirização, os Estados nacionais subordinam-se à lógica do capital rentista mundializado (CHESNAIS, 2003). As políticas de privatização, liberalização, desregulamentação e estabilização econômica foram os meios pelos quais o regime de dominância financeira se afirmou na América Latina. A abertura dos sistemas nacionais removeu barreiras protecionistas e promoveu a livre circulação do capital financeiro e de mercadorias.

A produção de mercadorias é o percurso “longo” da expansão do capital, em que o dinheiro inicialmente investido se desdobra na forma mercadoria valorizada, que se realiza na esfera da circulação. O regime financeirizado, por sua vez, corresponde ao circuito “abreviado” do capital dinheiro, uma vez que ocorre sem a mediação da produção (OLIVEIRA et al., 2008). Marx (1986, cap. XXIV) explica que o sistema financeiro se constitui como força autônoma

---

<sup>4</sup> Disciplina Fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização de estatais; Desregulamentação dos direitos trabalhistas; Propriedade intelectual (BATISTA, 1994). Disponível em: [http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arg\\_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf](http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arg_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf) Acesso às 23:02, dia 08 jun 2016.

quando o dinheiro transmuta-se sob a forma de juros. Nesse sentido, o circuito abreviado tende a ganhar importância relativamente ao percurso longo. Isso não impede, no entanto, que o capital portador de juros busque oportunidades lucrativas neste último.

Até meados do século XX, o circuito longo da acumulação de capital, na América Latina, restringia-se à produção de base primário-exportadora. Em função deste modelo, a deterioração dos termos de troca levou a região a acumular crescentes déficits comerciais. Diante dessa realidade, a alternativa escolhida foi a implementação de um processo de substituição de importações, acompanhado por políticas protecionistas, controle e regulamentação dos mercados financeiros. Há, portanto, o deslocamento do centro dinâmico agrário-exportador para um modelo urbano-industrial.

O processo de substituição de importações foi viabilizado pela transferência de renda do setor primário para o setor industrial, por exemplo, automobilístico, siderúrgico e petroquímico. Ao mesmo tempo, as políticas protecionistas favoreciam a importação de bens de capital necessários à instalação de parques industriais e proibiam a importação de mercadorias agora produzidas internamente. Desse modo, as exportações agrícolas eram desestimuladas pela política cambial de valorização da moeda nacional, causando sucessivos déficits comerciais e escassez de divisas estrangeiras para os países latino-americanos.

Assim, esses países buscavam meios para atrair capitais estrangeiros e com isso compensar a escassez de divisas e elevar o nível de poupança para financiar a instalação de indústrias e infraestruturas logísticas. Esse esforço tinha por objetivo consolidar o processo de substituição de importações.

Nos anos setenta, o financiamento do processo de industrialização por meio de empréstimos obtidos junto a instituições financeiras internacionais e bancos privados marca a fase do endividamento da América Latina. Nesse período, as finanças já se revelavam “viciosas e perversas” em virtude da crescente influência política e econômica dos países credores sobre os países tomadores de crédito (SALAMA, 2005, p. 20). Mesmo assim, o modelo de desenvolvimento via substituição de importações dos países latino-americanos, baseado em investimentos estatais e empresas públicas atuando em setores estratégicos da economia, foi alvo das críticas dos formuladores do Consenso de Washington.

Esse contexto interno anteriormente apresentado foi potencializado pela conjuntura internacional. De acordo com Portella Filho (1994), as elevações do preço do petróleo ocorridas, respectivamente, em 1973 e 1979, aumentaram a oferta de petrodólares nos bancos privados internacionais, facilitando a concessão de crédito. Ocorre que os empréstimos eram contratados a taxas de juros flutuantes, ajustadas semestralmente, o que significa que qualquer oscilação impactava diretamente no serviço da dívida. Em 1979, o presidente Jimmy Carter redefine a política monetária norte americana, elevando a taxa de juros e, conseqüentemente, ampliando o endividamento latino-americano.

O ano de 1982 define o marco da “crise da dívida”. Nesse ano, México declarou moratória aos credores. Em função disso, os países passaram por um processo de securitização, emitindo títulos que converteram a dívida externa em uma dívida interna. Os reflexos desse processo foram enfraquecimento dos governos nacionais e fortalecimento da aliança entre os credores e as instituições financeiras internacionais.

A partir de 1990, os países latino-americanos assimilaram as medidas do Consenso de Washington e aprofundaram a dinâmica de acumulação por espoliação. As exportações de produtos agropecuários, têxteis, metalúrgicos e petroquímicos são utilizadas como um recurso para mitigar o endividamento dos países da América Latina. Amplia-se, assim, a produção de bens primários com o objetivo de incrementar o volume exportável.

Diante disso, Svampa (2013) afirma que o Consenso de Washington consolidou na América Latina o “*Consenso de los commodities*”, que se afirma na exportação em larga escala de bens primários. A exportação de *commodities* se mantém devido à significativa demanda dos países centrais por matérias-primas, as quais os países da América Latina apresentam inquestionáveis vantagens comparativa e competitiva. Isto caracteriza o processo de reprimarização das economias latino-americanas, por causa do elevado nível de especialização em atividades de baixo valor agregado.

Com o regime de acumulação sob dominância financeira, intensifica-se o surgimento de megaprojetos, voltado para o controle, a exploração e a exportação de recursos naturais, comprometendo, por exemplo, a soberania alimentar interna, visto que as *commodities* são destinadas ao consumo de animais e à produção de biocombustíveis.

No caso particular brasileiro, de acordo com Maurício Muruci<sup>5</sup>, 90% da produção do setor de açúcar e etanol são dominadas por multinacionais. Trata-se do capital rentista se afirmando como investidor institucional. O modelo de governança corporativa oscila entre reinvestir lucros na empresa e distribuir investimentos aos acionistas. Tem-se, assim, a “financeirização da empresa”, cujo objetivo é redefinido frequentemente para atender aos critérios de liquidez e rentabilidade exigidos pelos sujeitos do capital (MOREIRA, 2005).

Os países periféricos procuram atrair investimento estrangeiro direto para se inserirem na divisão internacional do trabalho. Esta é uma situação observada no Estado do Ceará. A Companhia Siderúrgica do Pecém, uma *joint venture* constituída pela brasileira Vale e as sul-coreanas Dongkuk e Posco, expressa o esforço do governo estadual em atrair investimentos para a região, oferecendo incentivos fiscais e financeiros. Entretanto, o produto final da companhia reforça o argumento do “*Consenso de los commodities*”, visto que as placas de aço terão seu preço definido pelo mercado internacional. Ainda como parte do “*Consenso*”, o empreendimento está situado na Zona de Processamento de Exportação (ZPE-CE), o que lhe permite operar com uma série de contingências e fatores locais favoráveis.

Esse modelo de crescimento econômico neoextrativista insere os países latino-americanos na divisão internacional do trabalho determinada pelos países do centro. Ademais, também submete a Natureza a princípios mecanicistas de eficiência que são próprios do processo econômico capitalista.

---

<sup>5</sup> Entrevista cedida ao Portal Jornal Cana em 20 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://www.jornalcana.com.br/multinacionais-dominam-90-mercado-de-acucar-e-etanol/> Acesso às 23:16, dia 09 jun 2016.

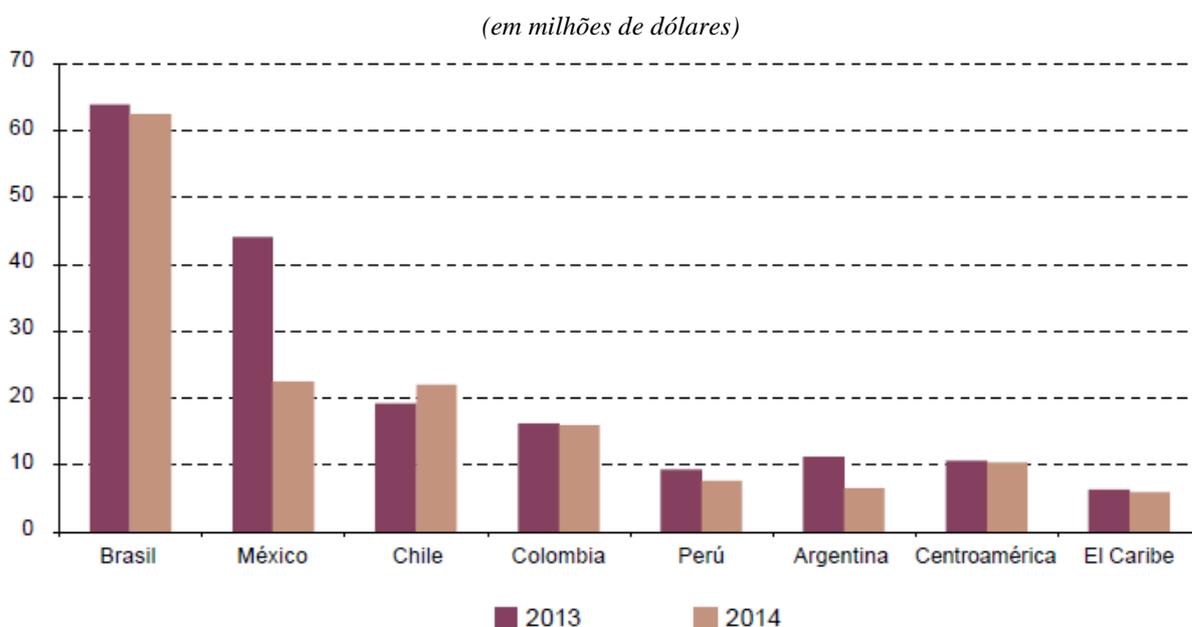
### CAPÍTULO 3 – A LÓGICA DA INTEGRAÇÃO E O MODELO NEOEXTRATIVISTA

No capítulo anterior, viu-se que a acumulação sob dominância financeira conduziu as economias dos países latino-americanos ao endividamento. Por esse motivo, os anos oitenta ficaram conhecidos como a “década perdida”. A partir de 1990, a América Latina passou a integrar os mercados globais seguindo o ideário neoliberal. Esse período foi marcado por políticas de estabilização monetária que, ao mesmo tempo, desestimulavam a indústria nascente e favoreciam os interesses dos detentores do capital financeiro.

Essa política monetária tinha por base taxas de juros reais elevadas, o que foi determinante para a apreciação cambial. Configurou-se um contexto em que se desencadeava um processo de acumulação sob dominância financeira: a subordinação da esfera real aos critérios de rentabilidade de curto-prazo.

O capital estrangeiro está presente em diversos segmentos da economia, com destaque para o automobilístico. Em 2013 e 2014, os investimentos diretos na América Latina estavam concentrados no Brasil, México e Chile, considerados países emergentes<sup>6</sup>, como mostra o gráfico abaixo.

**Gráfico 1.** América Latina e Caribe: investimento direto estrangeiro recebido, 2013-2014



**Fonte:** Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de estimaciones y cifras oficiales al 18 de mayo de 2015.

<sup>6</sup> François Dufur (1999, p. 10) definiu países emergentes como “país em desenvolvimento (ou novos países industrializados)”.

Chesnais (1997 *apud* MOREIRA; FORTI SHERER, 2002) evidencia três razões principais para explicar o interesse de grandes grupos industriais em investir em certos países latino-americanos:

- Necessidade de expandir para outros mercados;
- A dimensão e a importância estratégica da região;
- Presença de concorrentes mundiais já consolidados atuando na região.

As exigências de competitividade impostas pelo novo contexto de liberalização e desregulamentação econômica estimulavam investimentos em infraestrutura física e informacional necessárias para facilitar a mobilidade dos fluxos de comércio e do capital financeiro internacional. As atividades que se desenvolvem são aquelas relacionadas às vantagens locacionais e que exploram os recursos naturais intensivamente, reafirmando assim a condição de exportadores de bens primários e de baixo valor agregado dos países latino-americanos.

Desse modo, o processo que conjuga a reprimarização e a desindustrialização das economias latino-americanas caracteriza o padrão exportador especializado em *commodities*. Significa dizer que o desempenho das exportações está condicionado à demanda dos mercados mais dinâmicos.

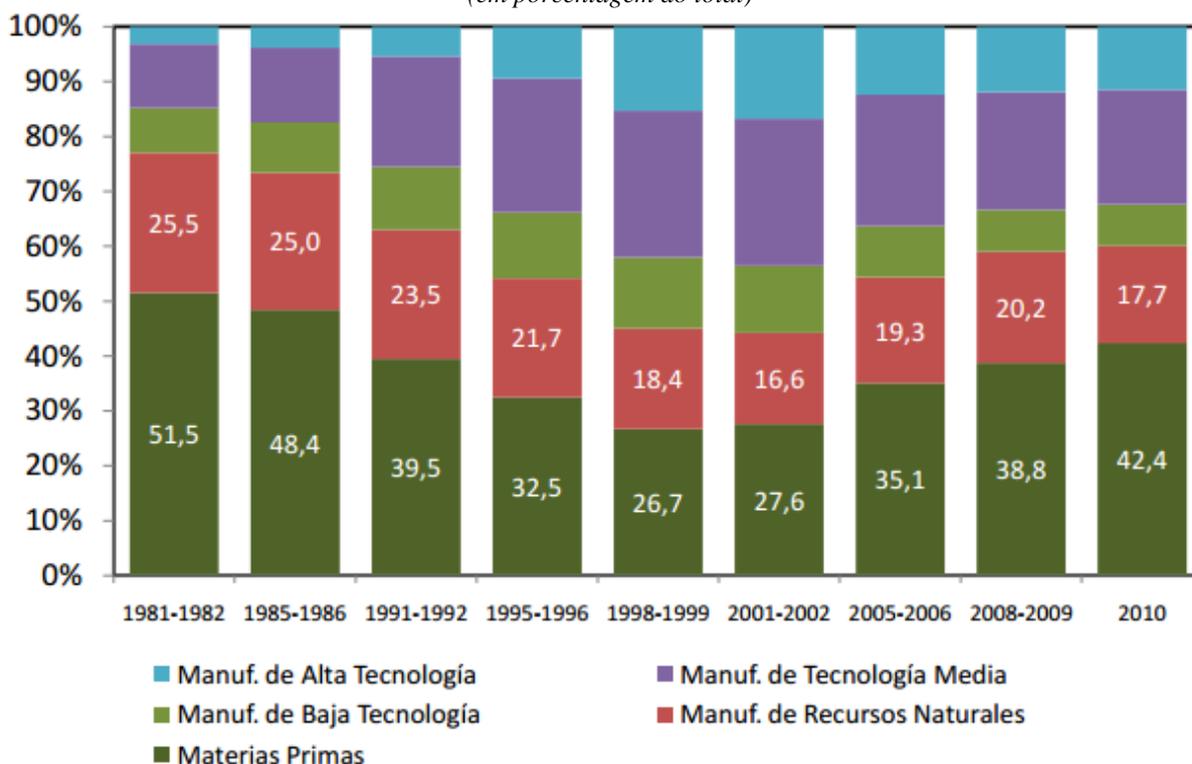
### 3.1 Duplo processo: reprimarização e desindustrialização na América Latina

O processo de reprimarização teve início nos anos noventa, evidenciando o esgotamento do modelo de substituição de importações que perdurou de 1930 até 1980. Se por um lado viabilizou o crescimento econômico nesse período, por outro estabeleceu forte dependência do mercado internacional.

O termo reprimarização indica um retorno à exportação de *commodities* e aglutina a desindustrialização, o neoextrativismo e o agronegócio (OREIRO, FEIJO, 2010 *apud* GRAVA, 2014). Em 2011, a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL divulgou uma pesquisa sobre a tendência à reprimarização das economias latino-americanas. Este estudo evidenciou que os principais segmentos da matriz exportadora da região são matérias-primas e manufaturas de recursos naturais, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

**Gráfico 2.** América Latina e Caribe: distribuição das exportações totais conforme a intensidade tecnológica, 1981-2010

(em porcentagem do total)



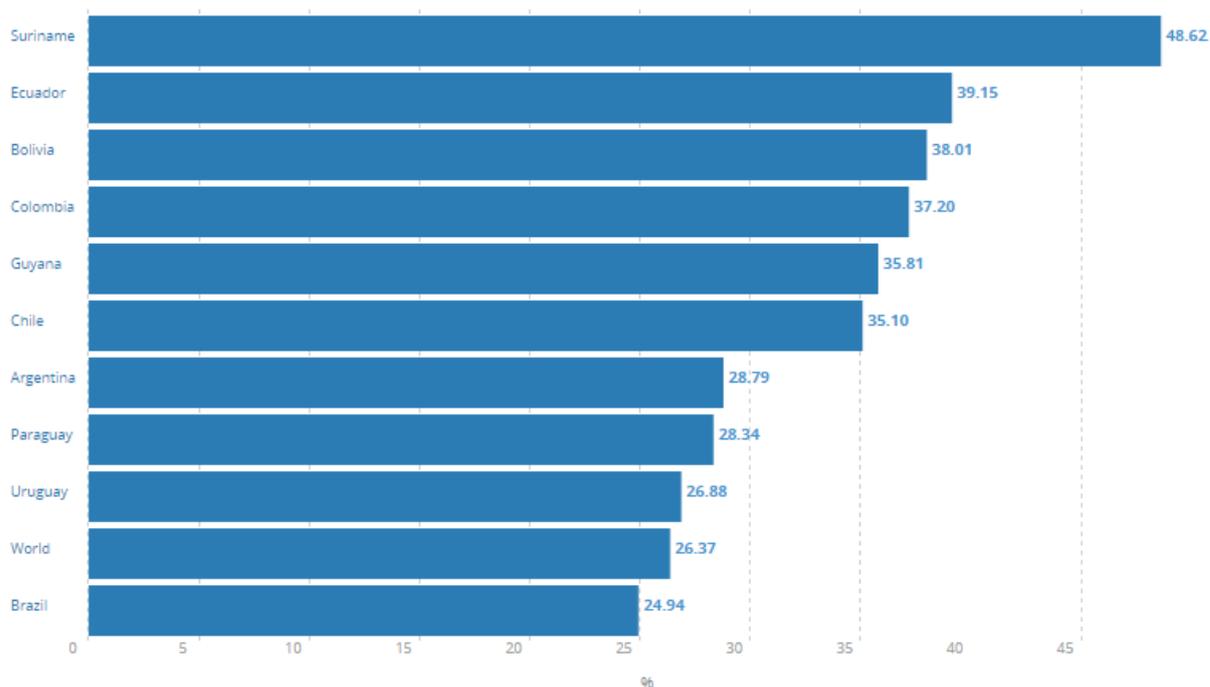
**Fonte:** Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de datos de Naciones Unidas-COMTRADE y cifras oficiales de noviembre de 2011.

Ao longo do processo de substituição de importações, as economias latinas que diversificaram seu parque industrial, como México e Brasil, conseguiram de alguma maneira integrar-se às

cadeias produtivas globais. Assim, segmentos da indústria que eram atrativos à produção global consolidaram sua posição, enquanto outros, que não apresentavam vantagens competitivas, perderam importância relativa.

O significado clássico de desindustrialização foi apresentado por Rowthorn e Ramaswamy (1999) como sendo uma redução persistente da participação da indústria no total de emprego gerado em um país ou região. Tregenna (2009) amplia essa definição, ao considerar também a redução do valor adicionado pela indústria como proporção do PIB. No caso específico do Brasil, em 2013 (*vide* Gráfico 3), o País apresentou o menor indicador dentre todos os demais países da América Latina. Ademais, nesse mesmo ano, o valor adicionado pela indústria brasileira como proporção do PIB situou-se abaixo da média mundial.

**Gráfico 3.** América Latina e média mundial: valor adicionado pela indústria em 2013  
(em porcentagem do PIB)



**Fonte:** WDI, disponível em <http://data.worldbank.org/indicador/NV.IND.TOTL.ZS?end=2013&locations=1W-AR-BO-BR-CL-CO-EC-GY-PY-UY-VE-PE-SR&start=2013&view=bar> Acesso em 4 jul 2016.

De acordo com Tregenna (2009), uma economia desindustrializa-se quando a produção industrial perde importância relativa como fonte geradora de empregos e de valor adicionado. Na América Latina, esse processo se inicia no período de implantação das políticas liberalizantes e se intensifica na atualidade.

No Brasil, o ideário neoliberal estimulou a formação de latifúndios, a mecanização e o avanço científico e tecnológico no campo, elevando custos sociais e ambientais. Esse modo de

produção substitui força de trabalho por máquinas e equipamentos com o objetivo de elevar a produtividade da terra. Assim como comunidades são removidas para dar lugar a monoculturas extensivas, que esgotam o solo pela utilização continuada, além da contaminação do meio pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Em 2009, segundo o *site* oficial do governo federal, o Brasil estava na liderança do rendimento agrícola entre os países da América Latina, atribuída majoritariamente ao avanço das pesquisas realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Atualmente, o *mix* de produção mais relevante para o agronegócio é algodão, arroz, feijão, milho, soja, trigo. Em geral, são grãos geneticamente modificados para encurtar tempo entre o plantio e a colheita e, assim, ampliar os lucros do negócios agrícolas. Na tabela abaixo, encontra-se a produção de cada componente desse *mix* em 2015, destacando-se o principal Estado produtor.

**Tabela 1.** Mix de produtos mais relevantes para o agronegócio brasileiro em 2015

Mix de Produtos	Produção de grãos	Área plantada	Principal Estado Produtor	Participação do Principal Estado Produtor
	(toneladas)	(hectares)		
Soja	97.179.908	32.133.069	MT	26%
Milho	85.509.185	15.871.349	PR	26%
Arroz	12.303.130	2.163.741	RS	61%
Trigo	5.368.338	2.433.708	PR	51%
Algodão	4.096.849	1.047.896	MT	52%
Feijão	3.120.746	3.147.745	PR	24%

**Fonte:** IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de jun 2016 (elaborado pelo autora).

Vale ressaltar que a desindustrialização não está associada apenas à reprimarização da pauta de exportação. Com efeito, a participação do emprego e do valor adicionado da indústria pode reduzir também em função da transferência para o exterior de parte da atividade produtiva. A ausência de políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento e diversificação do mix de produtos intensifica o duplo processo de desindustrialização e reprimarização, tornando a economia extremamente dependente das exportações de recursos naturais para gerar superávits comerciais. Ademais, tem-se que o valor atribuído internacionalmente aos bens primários exige uma produção imensamente superior de *commodities* relativa às importações de bens industrializados, bem como uma demanda externa ainda maior para equilibrar a balança comercial.

Nesse sentido, a consolidação do padrão exportador de base primária exigiu construção de infraestruturas logísticas que favorecessem a integração física entre os países da América Latina e desta região com o resto mundo. Tem-se investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, para facilitar o escoamento de bens primários e atrair capitais estrangeiros. A ZPE é um modelo que, ao mesmo tempo, pretende-se atrativa aos investimentos estrangeiros diretos e constitui uma base voltada para a produção e exportação de produtos primários.

### 3.2 Uma crítica à proposta de integração regional

A partir do anos noventa, a circulação internacional de mercadorias ganha novos contornos, em função da abertura comercial e da livre movimentação dos capitais em busca de uma maior taxa de lucro. Essa configuração se expressou nos termos da especialização de cada país, de acordo com a lógica das vantagens comparativas, estabelecendo cadeias produtivas globais.

Segundo Flores (2010), pode-se considerar cadeia produtiva global a combinação de diferentes processos ou fornecedores de insumos para compor um produto final. Nas últimas duas décadas, os elos dessas cadeias seguiram procedimentos de controle mais rigorosos, propiciados pelas tecnologias da informação e da comunicação, de modo a minimizar riscos de interrupção da produção ou fornecimento. Essas cadeias produtivas podem funcionar como um embrião de uma eventual integração regional.

Uma das motivações para que um país estabeleça integração física e econômica com os vizinhos é a possibilidade de aglutinar empresas que exercem relações de complementaridade em uma cadeia produtiva. Com essa integração espera-se reduzir custos de produção, além de atrair empresas para a região. De acordo com Machlup (1977), a integração econômica está relacionada necessariamente à divisão do trabalho, expressa pelos fluxos comerciais entre países. Ao passo que a integração física envolve telecomunicação, energia e transporte, estruturas conferem mais flexibilidade e agilidade para atender à cadeia produtiva global.

Esse modelo é uma estratégia de crescimento econômico que concentra e dispersa, integra e desintegra. A divisão internacional do trabalho, determinada pela especialização produtiva, aparentemente, beneficiaria todos os países, mas, na realidade, acaba por favorecer os países industrializados e um pequeno grupo de países periféricos semi-industrializados.

Alguns países latino-americanos passaram a compor determinados circuitos globais. No México, por exemplo, em 1960, os EUA instalaram plantas industriais de uso intensivo em força de trabalho na região fronteira, dando origem às “maquiladoras” - segmento pouco expressivo na economia local. Gradativamente, o norte do país foi sendo integrado ao território dos EUA por infraestruturas logísticas que incluíam rodovias e ferrovias construídas com capitais estadunidenses. Na mesma década, no Brasil, mineradoras multinacionais se instalaram no País, interessadas na obtenção de bauxita, a matéria-prima do alumínio. Este

minério normalmente encontra-se impregnado com substâncias argilosas, óxidos de ferro e dióxido de titânio. Indústrias extrativas minerais, como Vale S.A., Alcoa World Alumina e Norsk Hydro, lavam a bauxita para, em seguida, esta ser transportada para usinas de refino nos Estados Unidos e Canadá<sup>7</sup>. O resíduo decorrente desse processo é deixado no território brasileiro, contaminando o solo e os lençóis freáticos.

Essa forma de integração econômica, com efeitos pouco expressivos na economia local, implica custos sociais expressivos e danos ambientais irreversíveis. Os países periféricos arcam com os ônus, enquanto grupos transnacionais auferem bônus. Os países hospedeiros se empenham em oferecer infraestruturas logísticas mais eficientes, que facilitam o transporte de mercadorias e recursos naturais para consolidar cadeias produtivas globais. Os países centrais não compartilham com os hospedeiros o conhecimento tecnológico resultante das atividades de pesquisa e desenvolvimento neles realizadas.

A construção dessas infraestruturas é fundamental para compor cadeias mais complexas e facilitar a venda de *commodities*. Seguindo esta motivação, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela tomaram a decisão de estruturar a Iniciativa de Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA. Trata-se de um mega projeto direcionado para os setores de transporte, energia e telecomunicações, que propõe a criação de canais multimodais, cujo objetivo é tornar a região sul-americana mais atrativa a investimentos produtivos.

O projeto IIRSA começou a ser discutido e elaborado no ano 2000, em Brasília, e propunha a construção de quase 350 obras em 7 projetos multisetoriais, que envolviam: 1) Mercados energéticos; 2) Transporte aéreo; 3) Transporte marítimo; 4) Transporte multimodal; 5) Tecnologias de Comunicação e Informação; 6) Flexibilização de Fronteiras e 7) Instrumentos para financiamento de projetos de integração física. Claramente, o objetivo da IIRSA é facilitar o processo de espoliação de recursos naturais para o exterior.

A Iniciativa interessa aos grandes grupos econômicos dos segmentos de telefonia, energia, construtoras, bancos multilaterais e elites locais. Segundo os críticos, a construção de infraestruturas para viabilizar esses projetos de investimento ocasionará impactos sociais e ambientais. Os locais onde ocorrerem ainda são pouco explorados e abundantes em recursos

---

<sup>7</sup> Valor Online, por Luiz Antônio Cintra. Valor de São Paulo, 06/06/2016. Disponível em: <http://ghgprotocolbrasil.com.br/exportacoes-de-bauxita-e-alumina-garantem-superavit?locale=pt-br> Acesso em 20/07/2016 às 13h58.

naturais. Neles residem povos indígenas e agricultores que são forçados a abandonar suas terras para abrir caminho a megaprojetos. Pode-se ilustrar citando o deslocamento compulsório das famílias moradoras do Município de Jaguaribara-CE com destino a Nova Jaguaribara, para dar lugar à Barragem do Castanhão.

Como se pode observar, a lógica do sistema desestrutura os modos de vida das comunidades dispostas nos mais diversos territórios, mesmo aquelas que ainda resistem à sua ação predatória. Além disso, contém elevado potencial de danos ambientais. Isso põe em cheque o dogma do crescimento econômico a qualquer custo.

## CAPÍTULO 4 – A TESE DO DECRESCIMENTO SEGUNDO LATOUCHE

Diante do exposto nos capítulos anteriores, compreende-se porque o capitalismo se internacionaliza, buscando novos mercados para dar continuidade a seu processo de reprodução ampliada. Por isso, os países hegemônicos impuseram seus interesses para consolidar formas imperiais de dominação e de acumulação por espoliação. É um processo que afeta a autonomia e o modo como as comunidades se relacionam com a Natureza. Este modelo corroe, dissolve e transforma a economia e as culturas locais.

Assim, os países periféricos se afirmaram como produtores de *commodities* e dependentes financeira e tecnologicamente dos países centrais. Essa especialização produtiva ignominiosa obedece ao dogma do crescimento econômico ilimitado que se traduz em constante ampliação de fluxos de mercadorias para integrar os países em um mundo hierarquizado pleno de assimetrias socioeconômicas e ambientais.

As relações hierárquicas de poder são historicamente exercidas pelo Norte, com o objetivo de estabelecer áreas de influência sob o comando das grandes corporações no hemisfério Sul. Em particular, conforme Alier (2012, p. 287), há uma crescente “dívida ecológica” entre os hemisférios, relacionada à exploração desproporcional do “espaço e dos serviços ambientais”. Segundo o autor, o Norte encontra-se em fase de esgotamento de recursos naturais, em virtude da crença no crescimento econômico ilimitado como panaceia para as questões sociais, políticas, culturais e ambientais. Para compensar esse esgotamento, os países centrais criam mecanismos de submissão política, econômica e financeira de modo a tornar os países do Sul seus fornecedores de matérias-primas.

A orientação expansionista entra em conflito com o planeta Terra que é um espaço biofísico limitado. O Relatório do Clube de Roma (MEADOWS et al., 1973, p. 12) alertava para “os limites do crescimento” ao afirmar que este não condiz aos “fundamentos” do Planeta. Significa dizer que um crescimento econômico infinito é incompatível com a finitude da Terra, e que nem a produção nem o consumo podem ultrapassar a capacidade de regeneração da biosfera.

Ocorre que o sistema capitalista é impelido por forças centrífugas em direção a um crescimento ilimitado. O tamanho ideal do mercado capitalista é infinito. Nesse sentido, o processo linear de produção centrado na extração, produção e descarte adquire a condição

dogma. Isso leva a fraturas metabólicas que se manifestam em mudanças climáticas, poluição do ar, contaminação da água, redução do potencial biológico do solo, extinção de espécies etc.

No capitalismo, o meio físico é tratado como um subsistema do sistema econômico, quando, na realidade, a Natureza que é a base biofísica indispensável à vida de todas as espécies. Marx (2003, p. 116) aconselha que os indivíduos humanos cuidem desse “corpo inorgânico”, caso contrário sofrerão consequências nefastas decorrentes da exploração intensiva de recursos ecossistêmicos.

#### 4.1 Crescimento econômico ilimitado e a tese do decrescimento

A interação metabólica que os homens estabelecem com o ambiente reflete fatores histórico-culturais inerentes às relações sociais no ato de produzir suas condições materiais de vida. Com o avanço da expansão capitalista, o potencial de danos ecossistêmicos se amplia a medida em que se intensifica o crescimento da produção. Trata-se de uma interação destrutiva, qual seja, não é possível produzir mercadorias sem causar mudanças qualitativas irreversíveis nos ecossistemas.

Os seres vivos interagem em ambientes físicos e biológicos dos quais dependem sua reprodução. Em particular, as atividades econômicas desenvolvidas pelo Homem estão submetidas à disponibilidade de recursos naturais renováveis, não renováveis e inacessíveis. Assim, os ecossistemas é que devem definir os limites do subsistema econômico, uma vez que seus processos auto-organizativos seguem as leis que são próprias da Natureza, relacionadas às funções de provedores de serviços ambientais e de absorvedores de dejetos. Os processos econômicos capitalistas, por sua vez, são orientados para o crescimento ilimitado, o que compromete a capacidade de suporte dos ecossistemas, em virtude da velocidade com que recursos naturais são transformados em resíduos. O paradoxo entre a acumulação de capital e a capacidade de suporte dos ecossistemas é a expressão da ruptura metabólica causada pelo modo de produção e de vida que caracteriza a sociedade capitalista.

De acordo com Rappel (2015), o modo de produção capitalista atua sobre a Natureza adequando-a as suas insanas necessidades de reprodução. Acrescente-se que tenta impor ao ambiente natural os mesmos princípios de que se utiliza para produzir mercadorias.

Do ponto de vista bioeconômico, o crescimento ilimitado é insustentável porque o tempo de recomposição dos sistemas ecológicos não se coaduna ao tempo de reprodução capitalista. Na agricultura, por exemplo, acelerar a produção é esgotar a fertilidade do solo; e nos demais setores da economia, acelerar a produção corresponde a um uso crescente de recursos naturais e a produção de resíduos. Para o conjunto dos processos econômicos, a lei da produtividade crescente leva ao aumento da entropia e causa consequências nefastas sobre a biodiversidade e os serviços ambientais. Segundo Lester Brown<sup>8</sup>, o modelo econômico atual fabrica em um ano o que se produzia ao longo de todo o século XIX. A humanidade encontra-se, portanto, envolvida em uma teia que põe em risco sua permanência na Terra.

---

<sup>8</sup> Brown, Lester. Roda Viva. São Paulo, TV Cultura, 24 de Janeiro de 2000. Entrevista a Paulo Markun.

O carácter entrópico da produção capitalista foi notavelmente identificado pelo o pensador romeno Nicholas Georgescu-Roegen quando evidenciou a relação entre o processo econômico e a lei da entropia em seu livro *The Entropy Law and the Economic Process*. Para Georgescu-Roegen (1971), o processo econômico significa a transformação de matérias de baixa entropia em resíduos de elevada entropia. A teoria econômica convencional, cuja base é mecanicista, ignora este fato, pois para ela os processos são reversíveis, previsíveis e neutros em relação ao ambiente. Nesse sentido, o crescimento econômico ilimitado é uma impossibilidade.

O economista e filósofo francês Serge Latouche (2009, p. 4) também critica veementemente o pensamento que move as sociedades ocidentais e fundamenta o crescimento econômico ilimitado,

[...] cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e portanto para a humanidade. Não só a sociedade fica condenada a não ser mais que o instrumento ou o meio da mecânica produtiva, mas o próprio homem tende a se transformar num refugio de um sistema que visa a torná-lo inútil e a prescindir dele.

Particularmente, quando Latouche chama a atenção para a transformação do “próprio homem [...] num refugio de um sistema”, sugere a possibilidade da extinção desta espécie, a fim de que da desordem se estabeleça outra ordem.

De acordo com Prigogine (2011), as leis da Natureza não são determinísticas e os ecossistemas se desenvolvem em um ambiente de possibilidades. Com suas palavras (PRIGOGINE, 2011, p. 29): “As leis da física, em sua formulação tradicional, descrevem um mundo idealizado, um mundo estável e não o mundo instável, evolutivo em que vivemos”.

Como as leis da Natureza não são determinísticas, mas sim compõem um universo repleto de possibilidades, é justamente aí que se situa a “flecha do tempo” (evolução). Até “mesmo na física, a irreversibilidade não pode ser associada apenas a um aumento da desordem” (PRIGOGINE, 2011, p. 29). E ainda mais: “A irreversibilidade leva ao mesmo tempo à desordem e à ordem”. Daí porque, para Prigogine (2011, p. 31) “os processos irreversíveis desempenham um papel construtivo na natureza”. Nesse sentido, a possibilidade de extinção de algumas espécies dará lugar a outras melhor adaptadas às novas condições sobrevivência e de um novo equilíbrio.

Diante da ameaça de colapsos ambientais, ganha importância a proposta de decrescimento, a qual implica em abandonar o dogma do crescimento a qualquer custo (LATOUCHE, 2009). Trata-se de rejeitar o culto irracional que idolatra o dinheiro pelo dinheiro, cujas consequências são aumento das desigualdades, déficit alimentar, contaminação, envenenamento, doenças, violência etc.

O autor propõe três passos fundamentais: “Avaliar o alcance do decrescimento, propor como alternativa a utopia concreta do decrescimento e especificar os meios de sua realização”. É importante não confundir decrescimento com crescimento negativo. De fato, a diminuição do crescimento afunda as nossas sociedades na incerteza, desemprego, abandono de programas sociais, sanitários, educativos, culturais, entre outros. Contudo, decrescimento não é expor a sociedade a inseguranças e incertezas, mas, sobretudo, limitar o consumo e a produção à capacidade de regeneração dos ecossistemas. Também não deve ser confundido com “desenvolvimento sustentável”, o qual é alardeado de forma encantatória em campanhas publicitárias e no mundo empresarial, cuja função não outra senão legitimar o modo de produção e de vida da sociedade capitalista sem alterar seu rumo.

O decrescimento é um processo de mudança que exige uma redefinição da relação do homem com a Natureza. Para o autor, o processo de decrescimento estrutura-se a partir de oito mudanças que se reforçam mutuamente: “reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar”. Para isso, é preciso adotar várias iniciativas, tais como: relocar atividades produtivas, reforçar a agroecologia camponesa, transformar os ganhos de produtividade em redução do tempo de trabalho gerando mais empregos, estimular as relações de proximidade, reduzir o desperdício de energia, taxar pesadamente as despesas com publicidade e reorientar a pesquisa técnico-científica de modo a contribuir para potencializar a capacidade de suporte e os serviços ambientais (LATOUCHE, 2009, p. 42).

Latouche (2009) oferece essa proposta de transição em face da crise ecológica que assola a sociedade. Mesmo com as possibilidades postas pela tese do decrescimento, surgem incertezas, em virtude das práticas, das crenças historicamente arraigadas no contexto político e econômico da sociedade capitalista. Por outro lado, se a trajetória orientada pelo crescimento econômico ilimitado continuar, outras incertezas emergirão, as quais não é possível prever a intensidade, a direção e os efeitos sobre o ecossistema global. Daí porque, a precaução – um princípio valioso da economia ecológica – é transversal à concepção do decrescimento.



## 4.2 Decrescimento como projeto local

O principal objetivo do paradigma do decrescimento é a manutenção da vida humana na Terra. Um meio para isso é a retomada de práticas culturais ancestrais de interação com a Natureza. Significa reafirmar a máxima “pensar globalmente, agir localmente” e propor mudanças políticas e econômicas consentâneas às leis que regem os ecossistemas.

No plano político, uma organização composta por grupos autônomos, nos níveis local, regional, continental e mundial tomando decisões com a participação efetiva de seus membros. No plano econômico, produzir-se-ia localmente o que fosse essencial à satisfação das necessidades reais da população. Dessa maneira, seriam criadas condições mínimas para o estabelecimento de um modo de produção e de vida orientados pelos princípios da precaução e da coevolução.

Nesses termos, uma organização social, política e econômica assim estruturada poderia ser chamada de “ecologicamente correta”. Segundo Magnaghi (2003, *apud* LATOUCHE, 2009, p. 59) “uma sociedade ecológica pode ser constituída por uma municipalidade de pequenas municipalidades, cada uma das quais formada por uma ‘comuna de comunas’ menores”. Bookchin (2003) acrescenta que a gestão da comunidade deve ser pela via da democracia direta. Neste modelo de comunidades descentralizadas autogestionadas, a ecorregião seria uma realidade geográfica, social e histórica, dentro da qual haveria possibilidades de equilíbrio ecossistêmico. De acordo com Esteva (2004, *apud* LATOUCHE, 2009, p. 59), “a reconquista ou a reinvenção dos *commons* (bens comunais, bens comuns, espaço comunitário) e a auto-organização de biorregiões” constituem uma ilustração possível do decrescimento.

Do ponto de vista do decrescimento, as atividades econômicas deveriam ser limitadas às fronteiras das municipalidades ou espaços comunitários. Segundo o Serge Latouche (2009), “relocalizar” ocupa um lugar central nesse projeto de sociedade, pois expressa a busca de autossuficiência alimentar e financeira; mantendo e desenvolvendo atividades básicas em cada região; incentivando o comércio e o desenvolvimento regional para reafirmar a organização local como melhoria das condições de vida em sociedade.

Em meio a críticas formuladas pelos “objetores do decrescimento”, Latouche (2009, p. 109) replica que, “apesar da extrema necessidade, não se vai suprimir do dia para a noite” todos os problemas sociais e ambientais do crescimento. E acrescenta:

Será preciso tempo para realocar a produção, as trocas, os modos de vida. Trata-se de um desafio, pois apesar da urgência social e ainda que ela mexa no formigueiro político, a política ecológica não pode ser postergada para o longo prazo. Tem de começar hoje e prever suas etapas sem perder o rumo. Aliás, seja qual for a opinião de nossos detratores, a política ecológica não tem dificuldade alguma de integrar a política social. É inclusive a condição de uma mudança que não se limite a um simples rearranjo tosco do sistema.

Regionalização (ou realocação) significa: menos transporte, cadeias de produção transparentes, estímulos a uma produção e a um consumo sustentáveis, autonomia com relação aos fluxos de capitais e às multinacionais, redução de incertezas no sentido amplo do termo. Regionalização é, portanto, a reinserção da economia na sociedade local orientada pela preservação do ambiente natural. Trata-se de um arranjo institucional que inclui as dimensões políticas e sociais, que fortalece a participação e consolida a solidariedade, oferecendo novas perspectivas aos habitantes dos territórios em que se desenvolverem as práticas produtivas.

Dessa maneira, o sentido de decrescimento vincula-se à irreversibilidade inerente aos processos de extração de recursos e deposição de resíduos. Também instiga a repensar o estilo de vida ocidental e a aprofundar o debate sobre “democracia ecológica local”<sup>9</sup> (LATOUCHE, 2009, p. 59), como um contraponto à democracia representativa. Isso significa reafirmar a “autonomia econômica local” (LATOUCHE, 2009, p. 64) sustentada por processos de democracia direta e de justiça socioambiental.

Como não é possível voltar ao passado, a retomada de práticas culturais ancestrais de interação com a Natureza terá que ocorrer sob novas bases. Latouche (2009) destaca que as sociedades “primitivas” não eram miseráveis e trabalhavam menos para obter alimentos. Essa retomada significa colocar em segundo plano a acumulação de bens materiais e em primeiro a melhoria das condições de vida de todos.

Portanto, não se trata apenas de “diminuir a velocidade da acumulação, mas também de questionar o conceito dominante para inverter o processo destrutivo” (LATOUCHE, 2009, p.128). É preciso descolonizar o imaginário de adoração da modernidade e do progresso, sem ter receio de que alguém considere que isso seja um retrocesso. O decrescimento consiste em fazer melhor com menos, ou seja, de consumir menos recursos naturais.

---

<sup>9</sup> Uma democracia mais que delegatícia e representativa, mas uma democracia inclusiva, participativa e ecológico-social.

A importância do local é um dos pontos básicos do decrescimento, pois diminui substancialmente os gastos energéticos da produção e do transporte de alimentos e promove a segurança alimentar.

A realização de uma sociedade do decrescimento é uma transição para além do sistema do capital, na direção de uma organização econômica, social e política, na qual se possam criar condições para o desenvolvimento do “território como lugar de vida em comum [...] preservado e cuidado para o bem de todos” (LATOUCHE, 2009, p. 61).

## CONCLUSÕES

De acordo com as argumentações até aqui apresentadas, qualquer processo econômico corresponde à transformação de recursos de baixa entropia em resíduos de elevada entropia. No caso particular do modo de produção capitalista, essa transformação se acelera em virtude da imanência progressiva que lhe é inerente. Como a diretriz é o crescimento econômico ilimitado, também se acelera a produção de resíduos. Esse processo compromete a capacidade de regeneração dos ecossistemas e por via de consequência a permanência do homem na Terra.

O avanço das forças produtivas – o desenvolvimento científico-tecnológico – é condição para a acumulação capitalista. Com essa imanência, o sistema do capital não admite qualquer obstáculo que se interponha a sua trajetória expansionista. Isso explica as medidas de desregulamentação, liberalização, ajuste fiscal, privatização, flexibilização das leis trabalhistas e ambientais apregoadas pelo pensamento neoliberal, ao mesmo tempo em que cria condições para que o capital adquira a condição de “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 1979). É nesse contexto, que se estrutura a divisão internacional do trabalho.

Historicamente, os países com mais diversidade em bens naturais se inseriram na divisão internacional do trabalho como fornecedores de matérias-primas. Esse processo se inicia desde o exclusivismo colonial, levando à relação Norte-Sul que hoje prevalece, na qual o Norte é detentor do controle das tecnologias e vendedor de produtos industrializados sofisticados e o Sul especializa-se como fornecedor de *commodities*. Como o Norte se encontra em processo de esgotamento de seus recursos naturais, a América Latina torna-se atrativa para investimentos estrangeiros diretos nos setores produtores de bens primários.

Com o neoextrativismo, se estabelece a reprimarização econômica dos países latino-americanos em outras bases, isto é, produzir bens primários direcionados ao mercado global. Apesar de as atividades extrativistas ganharem importância na pauta exportadora, as relações de troca internacionais desiguais impõem aumentos sucessivos da produção de *commodities* nessa região a fim de equilibrar a balança comercial. Ademais, o crescimento da produção de matérias-primas significa acelerar o esgotamento de recursos naturais também no hemisfério Sul.

A especialização tal qual sugerem as teorias clássicas de comércio internacional, na realidade intensifica o duplo processo de desindustrialização e reprimarização na América Latina. São essas teorias que impedem o desenvolvimento de atividades produtivas diversificadas na região, tornando-a extremamente dependente da exportação de seus recursos naturais.

A consolidação do padrão exportador de base primária exigiu a construção de infraestruturas logísticas que favorecessem a integração física entre os países da América Latina e desta região com o resto mundo. Ocorrem investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, para facilitar o escoamento de bens primários e atrair capitais estrangeiros.

Essa forma de integração física, sugerida pela Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA, com efeitos pouco expressivos na economia local, implica elevados custos sociais e danos ambientais irreversíveis. Os países periféricos que se empenham em oferecer infraestruturas logísticas mais eficientes para facilitar o transporte de mercadorias e recursos naturais, arcam com os ônus, enquanto os grupos transnacionais auferem bônus. Na realidade, essa iniciativa contribui para facilitar o processo de espoliação de recursos naturais nos países sul-americanos.

Assim, os mecanismos de mercado contribuem para a apropriação de bens comuns por empresas privadas e acentuam a subordinação hierárquica entre os hemisférios. Esta “globalização neoliberal” fragiliza o controle dos países do sul sobre a gestão de suas finanças e de seus recursos naturais. A verdade é que o capital, como sistema-mundo, para se reproduzir em escala ampliada subsume o processo de trabalho e dilapida a Natureza. Da sociedade, exige que a totalidade dos indivíduos dedique o melhor de si para que os objetivos do sistema sejam alcançados.

Diante dos limites biofísicos do Planeta, não é possível o crescimento econômico ilimitado. Também não se pode esperar que os avanços científico-tecnológicos resolvam os problemas sociais e ambientais, pois a moderna tecnologia intensifica os impactos negativos sobre os ecossistemas.

Por isso, a tese do decrescimento ganha importância ao afirmar a possibilidade de “prosperidade sem crescimento” e negar o crescimento ilimitado como condição para a prosperidade. O Produto Interno Bruto não pode ser o único indicador para avaliar o progresso econômico porque o aumento deste está vinculado ao aumento da deposição de

resíduos e dejetos, ou seja, o aumento do PIB corresponde ao avanço sobre a bioprodutividade da Terra.

Um critério para avaliar a necessidade de decrescimento econômico de uma população, região ou país<sup>10</sup> pode ser a combinação do PIB e com a Pegada Ecológica - PE. A PE é uma medida do “caminhar” da população sobre os recursos bioprodutivos disponíveis no Planeta. Quando o PIB cresce, a PE aumenta. Assim, quanto maiores forem esses indicadores de determinado país, mais desgastes estariam ocorrendo sobre as forças da Natureza. Isso indicaria a necessidade de decrescimento econômico. Na outra ponta, países ou regiões com PIB e PE menores, a indicação é de crescimento econômico seletivo para proporcionar condições básicas de vida orientadas por necessidades reais dos indivíduos e da Natureza.

A simples combinação desses indicadores seria a expressão concreta da busca pela mitigação das falhas metabólicas geradas pela agressividade de processos econômicos capitalistas. O desenvolvimento local ganha importância uma vez que garante o funcionamento dos ecossistemas e a renovação de seus ciclos.

Em síntese, a América Latina integra a divisão internacional do trabalho na condição de fornecedores de matérias-primas, e os meios físicos que efetivam a exportação desses bens primários servem para atrair investimentos estrangeiros e estabelecer áreas de influência de grandes oligopólios industriais. Nessa ordem mundial, os países latino-americanos tornaram-se fortemente dependentes do mercado internacional, conjugando o duplo processo reprimarização e desindustrialização. Se por um lado, exportar insumos para os países industrializados viabilizou o crescimento econômico latino-americano em certo período, por outro acelerou o processo de espoliação de recursos naturais que perdura até hoje. Sendo assim, a proposta de desenvolvimento da IIRSA pode até aumentar o PIB latino-americano, mas sem dúvida aumenta também a PE.

---

<sup>10</sup> Sabemos que o PIB é uma medida incompleta da atividade econômica por não levar em conta os impactos causados ao ambiente. A PE é uma medida desses impactos por expressar o quanto de recursos bioprodutivos foram consumidos por um país ou região. Como o PIB é um padrão adotado por todos os países, com o qual se mede o tamanho da riqueza, contraditoriamente pode ser utilizado para estabelecer um critério para o decrescimento, combinando-o à PE.

## REFERÊNCIAS

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorção.** Trad. Maurício Waldman. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

\_\_\_\_\_. **A vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOFF, L. **Ética da vida: a nova centralidade.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

BOOKCHIN, M. *Pour un municipalisme libertaire.* Lyon, Atelier de création libertaire, 2003.

Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe,** Santiago do Chile, 2015.

CHESNAIS, F. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século.** *Economia e Sociedade*, 5, dezembro: 2-23. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Cemarx, 2003.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** eBookLibris, Projeto Periferia. 2003. Disponível em: <http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/socespetaculo.pdf>; Acesso em: 16 nov 2013.

DOWBOR, L. **A Reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada.** Petrópolis: Vozes, 1998.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Tradução Ruth M. São Paulo: Klauss Centauro, 2009.

FLORES, R. G. J. **A fragmentação mundial da produção e comercialização: conceitos e questões básicas.** In: ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Integração produtiva: caminhos para o Mercosul.** Brasília: ABDI, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Companhia das Letras, 2007.

FROBEL, FOLKER, HEINRICHS, JURGEN and KREYE, O. **The new international division of labour: Structural unemployment in industrialised countries and industrialisation in developing countries**, Cambridge University Press, 1980.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Coletivo Sabotagem, Rio de Janeiro, 1978.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Economic Process and the Entropy Law**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

GOUVERNEUR, J. **Les Fondements de L'Économie Capitaliste - Introduction à l'analyse marxiste économique du capitalisme contemporain**. 2<sup>ème</sup> édition refondue et augmentée, L'Harmattan-Paris et Contradictions-Bruxelles, 1995.

GRAVA, D. da S. **Desenvolvimento, democracia e reprimarização da economia na América Latina**. Revista Ponto de Vista, nº 2, fevereiro 2014.

GUDYNAS, E. **Estado compensador y nuevos extractivismos**. Nueva Sociedad, v.237, 2012, p.128-146.

HANSEN, G. L. **A sociedade de consumo e o paradoxo da proteção ambiental**. In: FLORES, Nilton Cesar (Org.). **A sustentabilidade ambiental em suas múltiplas faces**. São Paulo: Editora Millennium, 2012, p. 78-94.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Edições Loyola, 2<sup>a</sup> Edição, São Paulo – Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_ **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo – SP: Boitempo, 2011.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

HOUTART, F. **Dos bens comuns ao “bem comum da humanidade”**. Fundação Rosa de Luxemburgo. Roma, 2011.

IBGE, **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa\\_201607\\_2.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201607_2.shtm)

Acesso em: 02 jul 2016.

KORO-LJUNGBERG, M. **Validity, responsibility, and aporia**. *Qualitative Inquiry*, v. 16, n. 8, 2010, p. 603-610.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Editora WMF, 2009.

LEONARD, A. **A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos**. Tradução: Heloisa Mourão – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MACHLUP, F. **A history of thought on economic integration**. Londres: International Economic Association. Macmillan, 1977, p.61-85.

MARSHALL, A. **Principles of economics**. 9ª Edição. London: Macmillan, vol. I, 1961.

MARX, K; ENGELS, F. **Collected Works: Marx and Engels 1880-1883**, 1993. Disponível em: <<http://bookmoving.com/book/karl-marx-frederick-engels-collected-works-marx-engels-46995.html>>. Acesso em: 11 set. 2013.

MARX, K. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) – 1857~1858**, vol. 2, Siglo Veintiuno, 10ª edición, México, 1985.

\_\_\_\_\_ **O Capital Volume II: crítica da economia política**, Os Economistas. São Paulo, Nova Cultura, 1988.

\_\_\_\_\_ **O Capital Volume III: o processo global da produção capitalista**, Os Economistas. São Paulo, Nova Cultura, 1986.

\_\_\_\_\_ **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **Limites do crescimento**. SP: Editora Perspectiva AS, 1973.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e o estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MOREIRA, C. A. L.; FORTI SHERER, A. L. **Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina.** Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 30, nº 1, 2002.

MOREIRA, C. A. L. **O Financiamento Especulativo dos Grandes Grupos Econômicos na Origem da Crise do Regime de Acumulação de Dominância Financeira.** In: Revista de Políticas Públicas/Universidade Federal do Maranhão, São Luís: EDUFMA, 2005.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reformar, reformar o pensamento.** RJ. 15ªed. Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, A. A. de. **O processo de qualificação-desqualificante da força-de-trabalho: elementos de uma transição para além do capital,** in M. Neyára O. Araújo e Lea C. Rodrigues. Transformações no mundo do trabalho: realidade e utopias. Série Percursos 6, Fortaleza: UFC, 2005.

OLIVEIRA, A. A. de. **Para uma socioeconomia política da transição: possibilidades e limites da economia solidária.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza - CE, 2006.

OLIVEIRA, A.; MARQUES, M.; MOREIRA, C. A. **Crise do sistema do capital, dominação sem sujeito e financeirização da economia,** pp. 201-222. In: **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores.** SOUSA, Antônia de Abreu et al. Fortaleza: Editora SENAC Ceará e Edições UFC, 2008.

PENTEADO, H. **Ecoeconomia: Uma nova abordagem.** 2º ed. São Paulo: Lazuli, 2008.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo, Boitempo, 2001.

PORTELLA, P. F. **O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington.** Revista Lua Nova, nº32, 1994.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 6ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

PREBISCH, R. **La cooperación internacional em la política de desarrollo latino-americana.** In: GURRIENRI, A. **La obra de Prebisch em la Cepal.** vol. 2, México: Fondo de Cultura Econômica, 1982.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas – Tempo, caos e leis da Natureza.** UNESP, 2011.

RAPPEL, I. **Capitalism and Species Extinction.** International Socialism 147 (summer), Disponível em: <http://isj.org.uk/capitalism-and-species-extinction/> Acesso em 14 jun 2016 às 14h22min.

REDE BRASIL sobre Instituições Financeiras Multilaterais. **Ambientalização dos Bancos e Financeirização da Natureza – Um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilidade das Instituições Financeiras.** Organizado por João Roberto Lopes Pinto. Brasília, 1ª edição, 2012.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. **Growth, Trade and Deindustrialization.** IMF Staff Papers, Vol. 46, nº1, 1999.

SALAMA, P. **América Latina, dívidas e dependência financeira do Estado.** Revista de Ciências Sociais – Dossiê, v.36, nº1/2, 2005.

SVAMPA, M. **Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración em América Latina.** Revista Nueva Sociedad, nº244, ISSN:0251-3552, março-abril de 2013.

TREGENNA, F. **Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally.** Cambridge Journal of Economics, vol. 33, 2009.

WALLERSTEIN, I. **The capitalist world-economy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1979.